

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Giovanna Jung Luvizetto

**MONUMENTALIZANDO A BRANQUITUDE: IDENTIDADE REGIONAL,
MEMÓRIA E BRANQUITUDE NA ESTATUÁRIA DE PORTO ALEGRE NAS
DÉCADAS DE 1910 E 1930.**

Porto Alegre

2022

Giovanna Jung Luvizetto

**MONUMENTALIZANDO A BRANQUITUDE: IDENTIDADE REGIONAL,
MEMÓRIA E BRANQUITUDE NA ESTATUÁRIA DE PORTO ALEGRE NAS
DÉCADAS DE 1910 E 1930.**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinicius da Rosa.

Porto Alegre

2022

Giovanna Jung Luvizetto

**MONUMENTALIZANDO A BRANQUITUDE: IDENTIDADE REGIONAL,
MEMÓRIA E BRANQUITUDE NA ESTATUÁRIA DE PORTO ALEGRE NAS
DÉCADAS DE 1910 E 1930.**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinicius de Freitas Rosa.

Aprovado em:

Prof. Dr. Marcus Vinicius de Freitas Rosa.- Orientador

Prof. Dr. Fábio Kühn.- IFCH UFRGS

Profª. Dra. Fernanda de Oliveira.- IFCH UFRGS

AGRADECIMENTOS

Não haveria outra forma de começar esse agradecimento, se não por aqueles que encararam como objetivo de vida me levar além. Além do que puderam proporcionar para si, e além do que sonharam em comemorar como uma conquista nossa. Por toda dedicação incondicional, pelo afeto e incentivo, agradeço à minha mãe Lúcia, meu pai Gelson e minha irmã Gabriela. O amor foi o maior combustível para que pudéssemos vencer os desafios.

Agradeço também a minha irmã de vida, Giulia, que segurou a minha mão, me resgatando dos abismos de insegurança e medos que essa trajetória proporcionou. Eu não teria chegado sozinha a lugar nenhum se não fosse você.

Aos colegas e amigos que contribuíram para que esse trabalho pudesse ser realizado também demonstro minha gratidão, desde sugestões e indicações de fontes, até reflexões compartilhadas em horas de conversa. Maurício, obrigada pela sugestão que provocou o pontapé inicial desta pesquisa. Valentim, sem nossos diálogos esse trabalho teria sido outro.

Ressalto aqui minha dupla oficial, Carolina, que ao longo de toda formação esteve ao meu lado, inaugurando a modalidade de graduação em dupla, e que até os últimos momentos dessa pesquisa me ofereceu todo suporte.

Agradeço ao meu orientador, Marcus Vinícius, por ter aceitado meu convite de encarar essa jornada. Minha admiração já existia antes mesmo de compartilharmos esse percurso, e ela só se renova por todo apoio com seu conhecimento, e com sua compreensão, que foram essenciais para que eu pudesse vencer os percalços que se impuseram.

A todas e todos que nomeei, e aos que se fizeram presente nesta etapa tão importante.

Muito obrigada!

RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo compreender o processo de monumentalização que deu origem ao grande volume de monumentos que evocam determinadas interpretações do passado regional por meio de estátuas de homens brancos na cidade de Porto Alegre, nas décadas de 1910 e 1930. Para isso, buscamos compreender elementos do processo de formação da identidade regional rio-grandense, analisando as produções historiográficas que alicerçaram a construção de personagens romantizados e embranquecidos, representantes dos ideais republicanos positivistas e do gauchismo. Sendo assim, esses grupos se utilizam do seu lugar de poder para perenizar seus feitos e ideologias no espaço público de Porto Alegre por meio de monumentos controversos, como são os exemplos das estátuas de Júlio de Castilhos e de Bento Gonçalves, nos legando como herança uma memória que reforça o poder simbólico da branquitude.

Palavras-chave: monumento; estátuas; branquitude; identidade regional; gauchismo.

ABSTRACT

This essay aims to understand the process of monumentalization that gave rise to the large volume of statues representing the white identity in the city of Porto Alegre, in the 1910s and 1930s. To do that, we looked for elements in the process of formation of the regional identity of Rio Grande do Sul, analyzing the historiographical productions that supported the construction of romanticized and whitened characters, that represent the positivist republicans ideals and gauchism. Therefore, these groups use their place of power to perpetuate their achievements and ideologies in the public space of Porto Alegre through controversial monuments, such as the example as Júlio de Castilhos and Bento Gonçalves, leaving us as an inheritance a memory that reinforces the symbolic power of whiteness.

Keywords: monument; statues; whiteness; regional identity; gauchism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Monumento à Júlio de Castilhos	43
Figura 2: Representação da República	44
Figura 3: Representação da Pátria e Firmeza	46
Figura 4: Representação Coragem e Firmeza	47
Figura 5: O Gaúcho, representação do povo e do apoio popular	49
Figura 6: Monumento a Bento Gonçalves	53
Figura 7: Monumento a Bento Gonçalves; “Compatriotas! O nome da pátria nunca soou em vão aos meus ouvidos”	54
Figura 8: Intervenção em placas públicas	56
Figura 9: Intervenção no monumento a Bento Gonçalves	58

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1. IDENTIDADE REGIONAL: NO ENCALÇO DA BRANQUITUDE	12
2. “A GLORIFICAÇÃO”: MONUMENTO, MEMÓRIA E BRANQUITUDE	25
3. MONUMENTOS CONTROVERSOS: QUEM TEM MEDO DA INTERVENÇÃO?	36
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS:	63

1. INTRODUÇÃO

Após dois anos de restrições, em abril de 2022 os desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro puderam voltar a acontecer. Mas de que forma isso se relaciona com nosso tema? No primeiro dia de desfiles duas agremiações, Salgueiro e Beija-Flor, questionaram na avenida os monumentos controversos, que evocam a memória de racistas e escravocratas¹. O Salgueiro, que tinha como tema a negritude, derrubou um obelisco escrito "racismo" em uma de suas alegorias. Já a Beija-Flor, buscou mostrar a história contada sobre a ótica do povo negro, e em um de seus carros representou a derrubada de estátuas de colonizadores, trazendo ao centro a representação de Borba Gato. Além das representações artísticas realizadas na Sapucaí, ações de intervenção, derrubada e queima de estátuas vêm se tornando recorrentes, a nível nacional e internacional. Esses movimentos reforçam a urgência em repensar a presença dessas estátuas no espaço público em função da memória e passado histórico que evocam, e da consequente violência simbólica que exercem sobre grupos não-brancos. Em alinhamento com as demandas que emanam do presente, esse trabalho se dedica a investigar a monumentalização da branquitude na cidade de Porto Alegre, entre as décadas de 1910 e 1930, buscando compreender em quais elementos se estrutura esse processo.

A elaboração do tema veio se construindo a partir de diversas inquietações que se relacionam com suposições de que o Rio Grande do Sul, e por consequência Porto Alegre, são regiões de identidade quase que exclusivamente branca. Certa vez me recomendaram que andasse pelo centro de Porto Alegre olhando para cima, para apreciar a beleza arquitetônica e fachadista, “é como se fosse outra cidade” diziam. De fato, acabei por concordar com a afirmação, mas talvez não somente pelos mesmos motivos que me sugeriram tal ação. As imagens padronizadas, que remetiam a formas europeias, contrastavam com a diversidade da população que circulava pelo centro da cidade. Continuei a observação, agora horizontalmente, atenta ao entorno da Praça da Alfândega, da Prefeitura Municipal, até a Praça Marechal Deodoro, dentre outras regiões centrais, e constatei uma representação predominantemente branca. No entanto, essas impressões só ganham respaldo e começam a tomar outros sentidos a partir de 2018, quando tive oportunidade de assistir na UFRGS uma palestra de Lourenço Cardoso, doutor pela UNESP com especialidade nos estudos críticos da branquitude. Ao conhecer essa possibilidade epistemológica, de colocar o branco como centro

¹

Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/extra/2022/04/23/Desfiles-no-Rio-exaltam-luta-antirracista-e-derrubam-monumentos?position-home=1> Acesso em: 25/04/2022

das análises, a fim de compreender como se estruturaram seus privilégios e o poder exercido em nossa sociedade, muitas das minhas inquietações passaram a fazer sentido. Esse ciclo se fecha com a intensificação da intervenção em monumentos, especialmente nas estátuas de colonizadores, racistas e escravocratas, que ampliou o debate no mundo inteiro. Eu ainda buscava um tema específico para analisar sob a perspectiva da branquitude, até que um amigo questiona, e por que não analisar as estátuas? A sensação foi imediata, o tema era urgente e instigante, e no dia seguinte já havia iniciado as leituras.

Esses foram o contexto e as justificativas que desencadearam o presente estudo. Diante disso, tomamos como objetivo compreender como se deu o processo de monumentalização da branquitude na cidade de Porto Alegre. Para isso, buscamos conhecer melhor os monumentos da cidade, e verificar na prática se estavam corretas as hipóteses acerca das representações em estátuas serem majoritariamente brancas. Utilizamos como fonte os dados da Secretaria Municipal de Cultura, que forneceu uma relação dos monumentos públicos da cidade.

No primeiro capítulo, nos dedicamos a investigar especificamente como se deu a formação dessa identidade regional que celebra a branquitude. Para isso, exploramos a bibliografia acerca das produções historiográficas que conformaram os mitos da Farroupilha e do Gauchismo, e buscamos identificar que grupo articulou esse processo. Para isso, nos baseamos principalmente na obra *A Historiografia Rio-grandense*, de Ieda Gutfreind (1992), e nas produções de Zalla e Menegat (2011), Rosa (2014) e Weinstein (2006) para discutir a questão da identidade regional e branquitude. Já para compreender a articulação positivista nesse processo, destacamos Cortés (2007) e Bakos (2006). Como suporte teórico para o contexto histórico, nos fundamentamos em Pesavento (1997).

No segundo capítulo, colocamos outra questão que nos instigou nessa pesquisa, a comprovação da capacidade que os monumentos estatutários têm de evocar e perpetuar memórias e identidades. Nesse sentido, buscamos compreender os significados dos conceitos de patrimônio, monumento, memória e branquitude. Para debater patrimônio, utilizamos Funari e Pelegrini (2009), Prats (1997) e Choay (2017) na intersecção entre patrimônio e monumento. Para ampliar a ideia acerca do patrimônio, utilizamos também Riegl (2014), que publicou seu texto originalmente em 1903. O debate sobre a memória é de grande importância para compreender a finalidade e impacto dos monumentos em nossa sociedade, e foi guiado por Nora (1993) e Pollak (1989;1992). Já para o conceito de branquitude, nos fundamentamos em três obras principais: *Psicologia Social do Racismo*, utilizando textos de Iray Carone (2014) e Maria Aparecida Bento (2014); *Branquitude, estudos sobre a identidade*

branca no Brasil, recorrendo a Priscila Elizabete da Silva (2017) e Lourenço Cardoso (2017); e *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo*, de Lia Schucman (2020). Além disso, destacamos também Frankenberg (2004) e McIntosh (1989).

No último capítulo, buscamos evidenciar a expressão, ou imposição, da identidade racial branca através dos monumentos, especificamente na estatuária de Porto Alegre dos anos 1910 e 1930. Nesse sentido, depois de avaliar a relação de monumentos da cidade, selecionamos dois que acreditamos ser os mais representativos do processo de construção e afirmação da branquitude da cidade. Estes foram o monumento a Júlio de Castilhos (1913) e a estátua equestre em homenagem a Bento Gonçalves (1936). Para analisá-las, recorremos a produção de Arnaldo Doberstein (1992, 2002), e ao periódico *A Federação* (1913, 1936), onde encontramos a cobertura jornalística da instalação dos monumentos, e podemos acessar uma parcela das opiniões e significações desses eventos.

Consideramos importante também trazer o debate que tem ocorrido no presente acerca da preservação ou derrubada das estátuas. Trouxemos registros de intervenções que vêm ocorrendo desde 2014 na cidade de Porto Alegre, e por meio de textos jornalísticos e reportagens veiculados na internet conseguimos mapear algumas opiniões que tem sido fruto desse debate. Por fim, buscamos compreender qual o papel da branquitude nessa disputa, e para melhor compreendê-la utilizamos o conceito de medo branco, uma expressão originalmente empregada por Célia Maria Marinho de Azevedo na obra *Onda Negra, Medo Branco*, e que depois foi articulada como conceito. Nesse sentido, utilizaremos como referência as noções trabalhadas por Vinicius Belizário (2018) e Schucmann (2020).

Diante de tamanho desafio, esperamos contribuir para a melhor compreensão de quais processos desencadearam um volume tão grande de representações de homens brancos associados ao escravismo ou a processos que buscaram apagar a identidade e a memória da população negra e indígena, principalmente, em favorecimento da positivação da branquitude rio-grandense. Convidamos o leitor a encarar conosco essa jornada reflexiva, que pode ser muito proveitosa para questionar a imagem, que ainda circula no senso comum, de um Rio Grande do Sul branco e europeu, e encaminhar o debate acerca dos privilégios simbólicos que a branquitude exerce na cidade de Porto Alegre.

1. IDENTIDADE REGIONAL: NO ENCALÇO DA BRANQUITUDE

*Tomai o fardo do Homem Branco
Continuai pacientemente
Ocultai a ameaça de terror
E vede o espetáculo de orgulho;
Ao discurso direto e simples, Uma
centena de vezes explicado, Para
buscar o lucro de outrem
E obter o ganho de outrem.²*

Para que possamos investigar um tema, formulando questões e apontamentos que partam da ótica dos estudos da branquitude, é preciso qualificá-la, assinalando características e particularidades do grupo a ser analisado. Isso porque não existe um grande bloco monolítico, formado por critérios detalhadamente consonantes e rigorosos que constituam uma única identidade branca universal. Apesar de, por vezes, pretenderem-se universais, grupos de identidade racial branca têm características diversas e específicas. Conforme Ruth Frankenberg nos sugere: “a branquitude é produto da história e é uma categoria relacional. Não tem significado intrínseco, mas apenas significados socialmente construídos” (FRANKENBERG, 2004, p. 312). Assim, assumimos que os sentidos contidos no conceito de branquitude são elaborados a partir de um universo complexo de símbolos, os quais variam de acordo com a localidade e com os processos histórico-sociais pertinentes a cada região.

O presente capítulo é dedicado, portanto, à tarefa de delimitar alguns aspectos da branquitude rio-grandense, evidenciando elementos do processo de formação da identidade gaúcha. Essas escolhas são guiadas pelas referências que evocam duas importantes estátuas que apresentaremos no último capítulo, o Monumento a Júlio de Castilhos, republicano positivista, e a estátua equestre de Bento Gonçalves, líder da Revolução Farroupilha e símbolo do gauchismo, ambos na cidade de Porto Alegre. O estudo dessas estátuas nos permite compreender determinadas concepções de passado, nas quais as populações brancas são sempre a origem primordial dos gaúchos.

Sendo o Brasil um país que abarca um vasto território em suas fronteiras, é possível observar que tamanha vastidão se converte em pluralidade cultural, com características regionais específicas. Diante das cinco grandes regiões do país, existem tipos regionais com

² O fardo do homem branco (The white men's burden) - Rudyard Kipling, 1907.

características definidas, cada um cristalizado por um conjunto de mitos instituídos a partir de construções sociais e históricas. O Rio Grande do Sul, e a cidade de Porto Alegre, nosso local de análise, por exemplo, são frequentemente destacados por sua herança guerreira farroupilha, pelo valoroso gaúcho, além da “beleza” de sua população, geralmente associada à brancura, fazendo notórias referências às origens europeias. Esses estereótipos estão relacionados a um processo de forja identitária, da qual participam intelectuais, artistas, literatos, e que se fundamenta em contextos elegidos para qualificar e representar os gaúchos, como é o caso do legado das imigrações europeias.

Seguindo neste exemplo, a justificativa mais comumente marcada para assinalar a importância das imigrações europeias do século XIX, na história tradicional e no imaginário regional, é a de que este movimento se insere em um importante processo de modernização e expansão do capitalismo, além desses grupos terem deixado um vangloriado legado cultural. Por um lado, as nações europeias buscavam uma solução para o seu excedente populacional, de outro, a economia brasileira enfrentava os problemas relativos à emancipação escrava. No Rio Grande do Sul, houveram dois grandes movimentos de imigração, o primeiro a partir de 1824, com os imigrantes alemães, e o segundo, a partir de 1875, com a imigração italiana (PESAVENTO, 1997). No entanto, o que não é tão frequentemente ressaltado no senso comum, e acaba ganhando menos destaque no imaginário popular, é que a modernização da produção e o desenvolvimento econômico não foram os únicos interesses envolvidos nesse processo. Havia também a perspectiva de integrar a sociedade rio-grandense, e a brasileira como um todo, nos moldes do desenvolvimento da civilização europeia, a qual inegavelmente sugere um tipo racial específico capaz de alçar a região ao progresso. Conforme Rosa nos alerta,

As políticas de branqueamento no Brasil daqueles dias, executadas por administradores públicos e burocratas do Império, estavam baseadas na ideia de que os trabalhadores livres europeus seriam o antídoto racial para a degradação dos proletários brasileiros, degenerados pela convivência e pela miscigenação com os escravos africanos. (ROSA, 2015, p. 3)

Diante disso, é importante ressaltar que muitos elementos de identificação que se pretendem nacionais ou regionais, passam por um processo de posituação do que é, ou advém, do branco europeu. Mas nem sempre é uma tarefa simples encontrar esses dados desvelados, uma vez que “noções de cor e raça brancas poderiam ficar implícitas, invisíveis, diluídas nas peculiaridades positivas e regenerativas atribuídas aos trabalhadores importados, cujas nacionalidades atestavam indiscutivelmente sua origem e índole europeias” (ROSA,

2015, p. 4). Por isso, buscamos revisitar o passado histórico, e a construção de seus mitos identitários, no encaixe da branquitude.

De fato, o Rio Grande do Sul apresenta um processo de formação singular quando comparado com outras regiões do país, principalmente no que tange sua ocupação, colonização e ao modo que se insere na economia colonial e do Império. Nesse sentido, reforça Ruben Oliven, ao dizer que “apesar o Estado ter uma grande diferenciação interna (do ponto de vista geográfico, étnico, econômico e de sua colonização), ele é frequentemente contraposto como um todo ao resto do país” (OLIVEN, 1996, p. 17). No entanto, como o próprio Oliven expõe logo na sequência de seu texto, isso não significa que os esforços em perpetuar uma identidade rio-grandense tenha sido uma via de mão única. A linha tênue entre pertencimento e distinção em relação à nação brasileira, entre outros paradigmas que se apresentam em aspectos territoriais, mas também raciais, marcaram fortemente os escritos produzidos sobre a história regional do Rio Grande do Sul, bem como de outras regiões. Ao analisar a questão de uma identidade regional sob uma perspectiva racializada, Bárbara Weinstein pontua:

Crucial para a continuidade do desenvolvimento da identidade regional (mas ao mesmo tempo nacional) foi a construção da diferença racial com base em origens regionais, com imagens de modernidade e progresso econômico, tradição e atraso, as quais foram estreitamente inter-conectadas com representações de raça. De fato, em uma nação “racialmente democrática” em que a discussão explícita sobre raça era cada vez mais desaprovada, a identidade regional poderia convenientemente substituir as noções de “escurecimento” e “embranquecimento”. (WEINSTEIN, 2006, p. 283)

Em suma, o processo de forja de uma identidade gaúcha, se distingue por suas qualidades individuais e características, sobre as quais refletiremos à frente, ao passo que busca se integrar ao todo do território brasileiro, é também fundamentado em uma dinâmica de distinção racial. Veremos que essa aproximação do nacional se dá por meio da criação de um Rio Grande do Sul lusitano, e que frequentemente apaga a marca indígena e negra - e até mesmo a platina - de sua gênese e composição. Para que possamos localizar melhor nossas reflexões, evidenciaremos algumas construções e ressignificações da história do estado por meio da historiografia rio-grandense.

Foi ainda no século XIX que a história do Rio Grande do Sul passou a ser elaborada pelos intelectuais letrados, os quais se dedicaram a refletir sobre a formação da região e de sua população. Estes trabalhos eram produzidos a partir de revistas, imprensa e associações literárias (MARTINS, 2010, p. 2). O primeiro esforço empreendido pelos intelectuais da época foi a ressignificação da Revolução Farroupilha, o que vai ser um dos mitos de origem

do gaúcho. A leitura encontrada logo em seguida do final do conflito, nos escritos de romancistas como Caldre Fião³, tinha um tom receoso sobre o evento, e encarava o levante como um afronte à unidade nacional. Essa visão é bem diferente da epopeia que seria construída alguns anos a frente, e que está solidificada até os dias atuais no imaginário da população, substituindo os caudilhos brancos escravocratas, donos de terras e exércitos que usavam de violência para proteger sua propriedade, por heróis honrosos.

Os dados históricos, fornecidos por historiadores profissionais a partir da década de 1980, informam que no século XVIII, ao longo de todo processo de estabelecimento das estâncias⁴ e das charqueadas, houveram conflitos desses proprietários com os vizinhos fronteiriços no Pampa, além da Coroa seguir engajada na disputa política e territorial, direcionando o Rio Grande do Sul para constantes conflitos. A partir de uma administração centralizadora, e das relações que se estabelecem entre as elites militarizadas locais e os representantes da Coroa, se aprofundam os atritos com o poder central (PESAVENTO, 2014). Deflagrada em 20 de setembro de 1835, a contenda perdurou por uma década, oscilando entre momentos de avanço e estabilidade para os farrapos, bem como vitórias e reconquistas para os exércitos organizados pelo poder imperial. Logo em 1836 os revoltosos proclamaram a República Rio-grandense, afrontando o comando nacional, e conclamando Bento Gonçalves como seu presidente (PESAVENTO, 1997). No que tange os ideais dos Farrroupilhas, quem eram e a quem se dirigiam, o trecho a seguir é elucidante:

Ora, na acepção local, a referência a "liberdades individuais" ou a "povo" dirigia-se exclusivamente à **camada de homens livres e proprietários, únicos detentores de direitos políticos**. Confirma-se, pois, o caráter **acentuadamente elitista** do movimento. Na sua experiência governamental, os farrapos tanto ratificaram o **regime censitário do voto quanto legitimaram a escravidão**. (PESAVENTO, 2014, p. 58, grifo nosso)

Foram, portanto, homens livres e da elite que abriram um conflito em defesa dos seus interesses econômicos e políticos, e que enxergavam como “povo” somente aqueles que eram seus iguais. Segundo aquelas concepções, quem não obedecia a determinados critérios

³ Zalla e Menegat trazem o romance *O Corsário*, de Caldre Fião, como exemplo dessa primeira fase de elaborações sobre a Farrroupilha, que encarava o levante como uma falta grave contra a ideia de nacionalidade, em função dos ímpetos separatistas. (MENEGAT; ZALLA, 2010, p. 53)

⁴ Em distintas obras, como *A história do Rio Grande do Sul (1997)*, *A Revolução Farrroupilha (2014)*, entre outras, Sandra Pesavento aponta o forte caráter militar que se desenvolve no RS a partir de uma necessidade da Coroa de garantir a defesa e expansão de seus territórios meridionais, mas também pelo interesse dos próprios estancieiros em relação ao gado e suas possessões produtivas. Segundo a autora, “a apropriação econômica da terra foi acompanhando a apropriação militar: em cada nova área conquistada aos espanhóis, eram distribuídas sesmarias para a criação de gado” (PESAVENTO, 2014, p. 32).

(homens livres e proprietários) não acessava os direitos políticos, nem sequer era considerado nos rumos daquela revolução. Podemos também afirmar que a brancura é um desses critérios, e talvez fosse tão evidente naquela sociedade, que nem precisasse ser mencionado. Conforme define Lacerda, no verbete “branco” tem dentre os seus significados “Gente - por oposição a negros, escravos ou forros⁵”. Portanto, para ser entendido como “povo”, e ter acesso a direitos políticos, não bastava ser livre, era preciso ser um homem branco.

O conflito termina com um acordo de paz “honrosa” oferecido pelo Império, e dentre suas determinações, possibilitava o reconhecimento de liberdade dos escravos que haviam servido na revolução como soldados (PESAVENTO, 2014). Para muitos escravizados esta última disposição não se concretiza de fato e envolve um acontecimento que levanta polêmicas⁶ na historiografia. O episódio aconteceu na madrugada de 14 de novembro de 1844, no Cerro de Porongos, onde o corpo de lanceiros negros, que contribuíram para as causas dos rebeldes farrapos, - compulsoriamente ou sob a promessa de libertação - encontrava-se despreparado e em desvantagem numérica quando foram atacados pelas tropas de Francisco Pedro de Abreu. Conforme sintetiza Salini,

O elemento central da discussão, está na possibilidade do General David Canabarro ter desarmado e separado os lanceiros negros da tropa momentos anteriores do ataque imperial. O elemento que vai de encontro a essa tese seria a famosa carta que teria sido enviada ao Coronel Francisco Pedro de Abreu (comandante imperial), pelo líder imperial Duque de Caxias. Esse viés interpretativo prevê a traição de Canabarro aos negros que estavam sob seu comando. Esta traição estaria associada a uma “facilitação” da assinatura do tratado de paz, já que o Império do Brasil mostrava-se contrário à libertação dos escravos insurretos que lutaram ao lado dos rebeldes. (SALINI, 2006, p. 37)

O episódio do Massacre de Porongos foi enterrado pela historiografia regionalista, em um movimento que evidencia as tentativas de limpeza moral dos farrapos, buscando apagar a tradição escravista que era ordem naquela sociedade. Esse sucinto panorama nos permite elencar elementos que serão alvo do debate das elites políticas, e da produção historiográfica. Conforme apontam Zalla e Menegat (2011), é a partir da década de oitenta do século XIX que

⁵ Verbetes "branco". ALMEIDA, José Maria de; LACERDA, Araujo Corrêa. *Diccionario Encyclopédico ou Novo Diccionario da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Escriório de Francisco Arthur da Silva, 1878. p. 495.

⁶ Em seu estudo, Salini evidencia no mínimo três movimentos historiográficos em relação ao Massacre de Porongos. A primeira é a denúncia da fonte feita por Alfredo Varela e Alfredo Ferreira Rodrigues, no entanto, o primeiro culpabiliza Canabarro enquanto o segundo defende a tese de forja do documento. O segundo movimento é feito por autores como Dante Laytano e Othelo Rosa, que tendenciam para a leitura da “surpresa” de porongos, mas se dedicam mais a evidenciar o papel do negro no estado, porém mascarado pela concepção da “democracia racial dos pampas”. Por último, a geração da década de 1970 e 1980, com Moacyr Flores, Spencer Leitman, Margareth Bakos, que argumentam sobre a traição de porongos. (SALINI, 2006, p. 38)

temos registros das primeiras obras que visam documentar a história regional e, não por coincidência, esses movimentos estão fortemente associados ao projeto republicano.

Os esforços de Alcides Lima e Joaquim Francisco Assis Brasil, ligados ao projeto do **Clube 20 de Setembro** – clube republicano fundado pelos estudantes rio-grandenses da Faculdade de Direito de São Paulo – renderam uma interpretação particular da Revolução Farroupilha e de seu legado. Tanto a *História Popular do Rio Grande do Sul* quanto a *História da República Rio-Grandense* são textos construídos sob a pretensão de atenderem a pressupostos científicos, ao apresentarem a história da formação social da província. (MENEGAT; ZALLA, 2011, p. 55, grifo nosso)

Como visto, a memória da Farroupilha, não descansou por muito tempo até que fosse revisitada e recriada, servindo muito bem aos ideais de implementação de uma república positivista. Alcides Lima e Assis Brasil foram alguns dos intelectuais que buscaram estabelecer relações dos ideais farroupilhas com uma suposta predestinação republicana que emanava do Rio Grande do Sul para todo o Brasil (MENEGAT; ZALLA, 2011, p. 53), além, evidentemente, da forte tradição escravista que seus heróis cultivavam. É justamente essa elite político-intelectual, representado no Partido Republicano Rio-grandense (PRR), que terá as condições de marcar uma nova identidade, em um movimento que se auto-projeta e remonta seus feitos herdados (ou recriados) na historiografia, na imprensa, e, como veremos nos próximos capítulos, também na estatutária da Porto Alegre do século XX.

O início da República no Rio Grande do Sul estabeleceu-se com um governo autoritário, de inspiração positivista, que começou a desenvolver suas bases ainda no Império. Desde o desfecho da Farroupilha se desenvolveu a divisão entre os partidos conservador e liberal, até que, em 1882, foi lançado o Partido Republicano Rio-grandense. Parte das elites agrárias conservadoras, desgostosas com a hegemonia do Partido Liberal, se unem à nova proposta republicana (CORTÉS, 2007). Com a instauração da República, em 1889, há uma frequente troca de governos até que Júlio de Castilhos sobe ao poder no Rio Grande do Sul, em 1891, inaugurando seus mandos com a redação da Constituição Rio-grandense⁷. Faziam parte desse grupo político as tradicionais e importantes famílias luso-brasileiras associadas à aristocracia branca do campo, mas, para além delas, houveram esforços da liderança do PRR em realizar alianças com outros setores sociais, como engenheiros, advogados, jornalistas, num projeto destinado a estabelecer sua hegemonia na política gaúcha (PESAVENTO, 1997). A ampliação de seu quadro nos informa também sobre os interesses republicanos no campo

⁷Disponível em:

<http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/Constitui%C3%A7%C3%B5esdoRS/tabid/3107/Default.aspx>

intelectual e identitário, e essas relações irão se materializar na produção historiográfica que veremos a seguir.

Após Júlio de Castilhos, que se aposenta do governo do estado em 1898, o seu legado fica a cargo de Borges de Medeiros, o qual assume também a liderança do PRR até 1937, com a extinção do partido. Uma breve consulta à relação⁸ de governadores do Rio Grande do Sul evidencia que o PRR estabeleceu vantagem no comando do estado, sendo o partido que mais elevou políticos ao cargo de governança do final do século XIX ao início da década de 1930. Diante desse cenário as produções intelectuais acerca do passado histórico do Rio Grande do Sul foram uma das ferramentas de divulgação dessa elite.

Ao analisar a produção historiográfica sobre o Rio Grande do Sul, na obra *A Historiografia Rio Grandense*, Ieda Gutfreind (1992) aponta que é possível identificar duas matrizes ideológicas principais, uma denominada de matriz⁹ platina, a outra de matriz lusitana. A primeira refere-se àquelas produções que enfatizam a relação com o Prata, e defendem o território das Missões Orientais como componente da História do Rio Grande do Sul, a qual fica mais evidente nas produções do final do século XIX. Já a matriz lusitana, também a partir das análises de Gutfreind, minimiza a influência do Prata, defendendo a supremacia da cultura lusitana na região. Esta se sobressai, servindo também aos interesses nacionalistas - e de integração histórico-cultural do Rio Grande do Sul ao resto do Brasil. Tal perspectiva se torna hegemônica, principalmente a partir da década de 1920, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS).

Apesar de haverem essas duas tendências, com características específicas, existiam produções que admitiam uma ou outra dessas concepções, dependendo do fenômeno a ser explicado, ou “solucionado”. Alcides Lima, por exemplo, apesar de reconhecer as relações com o Prata, insistia em vincular os valores, qualidades físicas (brancura ou pouca mestiçagem) e morais da população rio-grandense com uma origem lusa, advinda das migrações de açorianos no século XVII, tendo os insulares, qualidades ainda mais distintas que os portugueses do continente.

Guiada por provocações e demandas intelectuais que emanavam do centro, com forte teor nacionalista, as referências ao Prata, às reduções jesuíticas e a presença negra e indígena foram sendo diluídas. Esse movimento incluía o Rio Grande do Sul na agenda nacional, desde

⁸ Disponível em: <https://www.palaciopiratini.rs.gov.br/memorial-dos-ex-governadores-do-rio-grande-do-sul>

⁹ Gutfreind conceitua como matriz um tipo de discurso com características comuns encontradas em um conjunto de obras históricas. Essas matrizes são representantes da busca pela identidade político-cultural do território rio-grandense (GUTFREIND, 1992, p. 11).

que este continuasse empenhado na produção de uma memória sobre seu passado que justificasse seu pertencimento nacional, em termos geográficos e, principalmente, identitários. No que tange às definições raciais dessa população, é muito frequente observarmos as relações com a origem europeia, enaltecendo a presença dos casais açorianos, ou extraindo seus valores estéticos e morais a partir dos colonizadores e desbravadores. Como já comentamos, a valorização da brancura nem sempre é explícita por referências diretas, mas desde o início são verificáveis - principalmente na matriz lusa, mas também na platina -, por meio da positivação de todo legado europeu, ou de seus descendentes diretos, e do distanciamento e apagamento da pertença e participação cultural de outros grupos também incluídos nesse processo. Essas características foram estendidas a toda população, homogeneizando um contexto sociocultural que desde sempre foi múltiplo. Explicando de maneira mais objetiva, Gutfreind ressalta que:

A matriz lusa da historiografia também negou o aspecto que **inferiorizava** a população da capitania em geral, e permaneceu apenas com aquele rol de valores com os quais José Feliciano caracterizou os conquistadores das Missões. Tais conquistadores foram vistos como um **punhado de homens valentes, audaciosos e bravos** que, sem armas e munições, anexaram a Província das Missões ao domínio português. Tais qualidades, reconhecidas pela matriz lusa **passaram a caracterizar o gaúcho em geral**, não mais se restringindo aos conquistadores das Missões. (GUTFREIND, 1992, p. 15, grifo nosso)

Aqui o conquistador é evidentemente alçado ao posto de herói, e a brancura está expressa na exaltação dos valores e qualidades. Essa perspectiva presente nos escritos de um dos precursores da matriz lusitana, José Feliciano, prevaleceu e foi aprofundada por seus sucessores, sendo superada somente a partir das décadas de 1970 e 1980, com o trabalho de historiadores profissionais.

Respondendo à demanda por mão de obra nas unidades produtivas da colônia, os bandeirantes paulistas - um dos personagens que figurarão, segundo a matriz lusa, como homens “valentes e valorosos” para a nação - partem para o sul no intuito principal de dominar e aprisionar indígenas. A presença de paulistas, da região vicentina e arredores, foi uma etapa significativa no processo de formação do Rio Grande e São Pedro, bem como de outras vilas. A procura por metais preciosos e a escravização de indígenas foi o motor da expansão do território luso, por iniciativa de seus próprios súditos, e a sociedade que se criou a partir desse movimento manteve por longo tempo ligações com as principais famílias paulistas (KÜHN; COMISSOLI, 2013). Revela-se, assim, a face da história que muitas narrativas buscam esmaecer. Quando se trata da branquitude rio-grandense, esse lugar

também é o de dominação, exploração e escravização de grupos indígenas autóctones, ou migrados com as reduções.

Outras elaborações distorcidas pela elite intelectual branca ainda levantaram muita polêmica, como a questão do escravismo e a suposta “democracia sulina”, ou “democracia rio-grandense”. Oliven (1996) aponta Oliveira Viana¹⁰ como um dos principais expoentes dessa teoria, e alerta para a união da democracia sulina com a ideia de democracia racial. Viana faz a defesa de uma equidade nas relações servis, e ressalta a relevância do meio, o pampa, na construção dessas relações. No decorrer do seu argumento sobre o tema, Viana ainda cita Alfredo Varela, que já assinalava a “alegria” do trabalho nos pampas. Se utiliza também os escritos de Saint-Hilaire¹¹, que inicialmente tem uma visão positiva das relações de trabalho nas estâncias pampeanas. O próprio viajante, mais a frente em seus relatos, chama a atenção para a violência utilizada aos escravizados nas charqueadas. Na historiografia recente¹², essa hipótese já foi rebatida pelos estudos acerca da escravidão nas charqueadas, ressaltando a relevância desse sistema na economia do estado, e comprovando a dependência do trabalho escravizado.

Essa ideia de uma escravidão branda e supostamente menos agressiva, também foi utilizada nos debates sobre abolição encabeçados pelo PRR na sua propaganda republicana, e igualmente contribuiu para o apagamento da história negra no Rio Grande do Sul. Conforme Zubaran (2009), a elite política regional se apropriou dos discursos acerca das tradições libertárias, para agenciar a pauta no estado. Nesse processo, a autora ressalta o ocultamento da população negra, livre ou escravizada, na conquista da abolição, principalmente das sociedades abolicionistas negras, como a Confraria de Nossa Senhora do Rosário, a Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora, e a Sociedade Emancipadores Esperança e Caridade (ZUBARAN, 2009). Outra dimensão desse discurso é a apontada por Dihl (2016), sobre a defesa da implementação do trabalho imigrante europeu no pós-abolição, capacitado para desenvolver o estado economicamente e socialmente, que ficou explícita nas páginas de *A Federação: Orgam do Partido Republicano*. Segundo a autora, é nesse sentido que “o dito periódico também vai ocupar-se em demarcar o Rio Grande do Sul como o lugar mais

¹⁰ VIANA, Oliveira. Origens Pastorais da Democracia Rio-Grandense. In: **Populações Meridionais do Brasil**. Volume II. O Campeador Rio-Grandense. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1952, p.195-203.

¹¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul (1779-1853). Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, 575 p.

¹² Como exemplo, trazemos como precursor nessas análises: CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; XAVIER, Regina Célia Lima (Org.) História da escravidão e da liberdade no Brasil Meridional. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007; e VARGAS, Jonas M. Os Barões do charque e suas fortunas. Porto Alegre: Oikos, 2016.

apropriado para a vinda dos colonos” (p. 86), argumento que se relaciona com o determinismo geográfico, que teria semelhanças com o clima europeu, bastante utilizado na leitura embranquecida fornecida pela matriz lusa.

Ainda vale ressaltar a relação direta do que descrevemos com as políticas de branqueamento. Nesse contexto verificamos a intencionalidade da branquitude em estruturar seu lugar de poder, agenciando processos de dominação e subjugação do outro, falamos aqui das ideologias acerca da raça, que se mesclaram com os projetos políticos de branqueamento, justificados em discursos de desenvolvimento e modernização, a nível nacional e regional. Para Iray Carone (2014, p. 14), o branqueamento pode ser entendido também como “uma pressão cultural exercida pela hegemonia branca” e que se intensifica, sobretudo, após a abolição da escravidão. Essa pressão era fundamentada em teorias pseudocientíficas que ganhavam proporção entre meados do século XIX e início do século XX - contexto no qual centramos nossa pesquisa. Os argumentos para colocar esse plano em curso vinham de uma adaptação brasileira da “teoria científica” de Gobineau, figura célebre na época e amigo pessoal de D. Pedro II. A defesa de Gobineau acerca do branqueamento era uma das mais severas, a poligenista, que condenava o “cruzamento racial” e defendia a pureza da raça branca (CARONE, 2014). Além dele, tiveram vários outros teóricos brancos que se dedicaram a pensar o futuro do Brasil em termos raciais.

As elites brasileiras, em especial a elite abolicionista, tinham um impasse a resolver visto que sua população que já era bastante miscigenada, dentre as suas opções, ou condenava a mestiçagem, seguindo fielmente os discursos poligenistas, ou adaptava o discurso à realidade brasileira. Nesse ponto sublinhamos que a doutrina solucionadora da questão racial, que será adotada por grande parte das elites brancas no Brasil, é a mesma que irá estruturar os republicanos e suas políticas no Rio Grande do Sul, o positivismo de Augusto Comte, baseado na Lei dos Três Estados. Segundo Carone,

Embora fossem progressistas na condenação da escravidão na Europa e nas Américas, eles defendiam as concepções racialistas, segundo as quais as raças não só eram definidas pelas características físicas comuns, mas também pelas diferenças mentais transmitidas por hereditariedade. Do ponto de vista político, supunham que as raças com maior desenvolvimento evolutivo deveriam civilizar, tutelar ou absorver as raças com desenvolvimento num estágio inferior. Sem dúvida alguma, os positivistas foram os principais articuladores de argumentos pró-branqueamento da população negra após a Abolição, com uma postura otimista diante da mestiçagem entre negros e brancos, índio e brancos, etc. (CARONE, 2014, p. 15)

Seguindo nesse trilha, ressaltamos a produção de Bakos (2006), por demonstrar que o abolicionismo propagandeado por Júlio de Castilho, e seu objetivos finais, tinha

fundamentação no positivismo de Augusto Comte, o qual considerava os negros “tão superiores aos brancos pelo sentimento, quanto inferiores pela inteligência” (p.33). Além disso, ressalta que Castilhos não fora um “homem ideal” que nunca expressou contradições, e que essa criação mítica foi criada após a sua morte. Ao reforçar tal aspecto, a autora se refere à carta enviada por Júlio de Castilhos a seu irmão, Chiquinho, em 1883, na qual o líder republicano solicitava ao irmão que lhe enviasse uma procuração para negociar a venda de um escravizado, Aníbal, e junto ao seu pedido desabafava: “tenho receios dos maldizentes e dos jornais que estão todos muito abolicionistas” (BAKOS, 2006, p. 1).

Apesar de defender a plenos pulmões a Abolição, processo que, como vimos, teve seus méritos subtraídos da comunidade negra abolicionista em favorecimento dos esforços republicanos, Júlio de Castilhos revela uma postura contraditória. Como nos lembra Cardoso (2017) quando se trata de questões raciais “nem sempre aquilo que é aprovado publicamente é ratificado no espaço privado” (p. 33). Vale ainda a ressalva de que, nem de longe é possível afirmar que ser abolicionista implicava em ser antirracista, essa postura provavelmente nem fazia parte do vocabulário ou das intenções daquela elite, uma vez que na construção de seus projetos políticos e na afirmação de suas identidades “usaram percepções racializadas sobre modernidade e civilização” (WEINSTEIN, 2007, p. 283).

Por fim, outro processo crucial, que precisamos ressaltar nessa discussão, é o caso da construção da imagem do Gaúcho, a qual fincou raízes no imaginário da população do estado. Essa palavra, e os símbolos aos quais ela remete, já passou por modificações, problematizações e ressignificação. Mas o tipo que se cristalizou como símbolo da identidade gaúcha, e figura como referência cultural ainda no século XXI, é também romanticamente europeizado e embranquecido. Esse processo se conecta a tentativa de resolução de estigmas negativos, sob o ponto de vista da produção que se institui a partir do IHGRGS, nas décadas iniciais do século XX, e se baseia nos sujeitos que populam o pampa num passado rural. Cobia, novamente, aos intelectuais rio-grandenses a tarefa de solucioná-lo.

O fim das reduções do Tape, deixou para trás o gado que era criado na região, de modo que os rebanhos abandonados “reproduziram-se à solta, tornaram-se bravios e formaram uma imensa reserva de gado, conhecida como Vacaria del Mar” (PESAVENTO, 1997, p. 9). Diante desse cenário, populações partiam de vilas e povoamentos próximos em direção ao extremo sul, conforme nos informam Kühn e Comissoli:

As vilas litorâneas de Laguna e Desterro eram igualmente representantes do avanço paulista. Laguna (vila a partir de 1714), no litoral catarinense, era, depois da Colônia do Sacramento, a povoação portuguesa mais meridional da América [...]. O povoado

serviu de ponto de partida para expedições exploratórias e de caça ao gado bovino selvagem que terminaram por ocupar em definitivo a região dos Campos de Viamão originando a capitania do Rio Grande de São Pedro. (KÜHN; COMISSOLI, 2013, p. 67)

Esse contexto envolve também o contrabando, assaltos e conflitos pela garantia de rebanhos e territórios, o que prejudicava, aos olhos da elite intelectual do centro do país, a índole do sujeito que habitava esse *locus*, o gaúcho. A pecha negativa de um tropeiro desqualificado, platino por essência, organizado em bandos armados, com uma atividade que frequentemente desafiava as leis, precisa agora ser higienizada e positivada. Ainda mais levando em conta os projetos de modernização republicanos.

Por outro lado, a ruptura total com esse personagem também não era uma opção viável, uma vez que a palavra “gaúcho” há muito já era aplicada, mesmo que a contragosto, para designar sem distinção os habitantes da região (MENEGAT; ZALLA, 2011, p. 59). Os estudos que se seguiram à instauração dessa problemática buscam imputar ao gaúcho platino todas as características negativas e desonrosas, da contravenção das leis até a hibridação cultural, que teve o pampa como palco. Essa noção foi por décadas reverberada, exemplo disso é o trabalho de Othelo Rosa, em “*A Formação do Rio Grande do Sul*”, de 1956:

O esforço de Othelo Rosa faz-se no sentido de opor o gaúcho platino ao gaúcho riograndense e, no ensaio em discussão, o autor longamente discorre sobre as diferenças, desde as **étnicas e as de caráter**, entre outras, que terminaram promovendo dois tipos distintos: o gaúcho rio-grandense e o gaúcho platino. (GUTFREIND, 2000, p. 3, grifo nosso)

A cartada final desse processo foi a extensão desse gaúcho lusitano, agora positivo, à denominação da elite estancieira que havia protagonizado a Revolução Farroupilha (MENEGAT; ZALLA, 2011). Mas afinal, que características étnicas tinha esse conjunto social que podemos apontar como o “Gaúcho Original”? Esse homem do campo poderia ser indígena, negro, com descendência lusa, enfim, definitivamente não era exclusivamente branco. O que vai definir a sua brancura é o contexto histórico e os objetivos de quem produziu um discurso identitário sobre ele. O fato é que, de um personagem heterogêneo e complexo, devido às questões particulares da região pampeana e suas fronteiras¹³, o gaúcho

¹³ Reiteramos que a questão fronteiriça é um aspecto importante que atravessa a história e a historiografia rio-grandense. Havia distintas formas interpretativas de classificar esse tipo social, o gaúcho, representadas na matriz lusa e matriz platina, as quais já citamos anteriormente. Essas matrizes revelam também diferentes concepções sobre a fronteira, temática explorada por Ieda Gutfreind em seu artigo, *Revisões historiográficas na temática da fronteira sul-riograndense: historiadores municipalistas na prática da oralidade*, o que gera também diferenças na concepção desse gaúcho “mítico”, estabelecendo, ora o reconhecimento das influências uruguaia, argentina e missioneira na sua formação sociocultural, e ora ampliando esforços para opor o gaúcho

passou a se configurar como um sujeito universal, homogêneo e embranquecido, por meio do reforço de sua gênese europeia.

Ao longo deste capítulo, avaliamos diversos contextos em que a construção da identidade gaúcha se mostra impregnada pelo viés do apagamento e do embranquecimento. As obras historiográficas apresentadas, a utilização da imprensa, as justificativas político-ideológicas republicanas, entre outras não mencionadas, foram ferramentas da branquitude na construção de seus privilégios simbólicos¹⁴. No que tange a historiografia gaúcha, o acesso e manutenção do lugar social que permite a escrita das narrativas regionais, e a participação no processo de forja de identidades foi, por um largo período, de valorização da branquitude como modelo, representante de uma suposta universalidade que se constrói silenciosamente, sem necessariamente marcar o branco em um discurso explícito de apologia, mas paulatinamente esmaecendo e violentando outras identidades. Nesse sentido, Maria Aparecida Bento, em um artigo no qual discorre sobre branqueamento e branquitude no Brasil, pontua:

Considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência para toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a autoestima e autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social. (SILVA, 2002, p. 25)

A herança europeia da sua população - dos colonizadores aos valorosos imigrantes alemães e italianos -, a boa relação dos estancieiros com seus escravizados, a libertária Revolução Farroupilha, e o seu representante máximo, o Gaúcho, são perspectivas ressignificadas e que serviram a projetos políticos, conferindo um lugar de poder e supremacia simbólica às elites brancas no Rio Grande do Sul.

Como veremos na sequência, os efeitos dessa construção identitária tomam ainda outros rumos ao saírem das páginas e se materializam em representações monumentais. Nos

platino ao gaúcho rio-grandense, guerreiro e defensor do território do império português. (GUTFREIND, 2000, p. 1-3)

¹⁴ Utilizamos esse conceito para expressar o universo de privilégios que o branco possui frente a outros grupos, concepção compartilhada por autores e autoras referência nos estudos da branquitude, como Ruth Frankenberg, Lourenço Cardoso, Maria Aparecida Bento, Lia Schumann, entre outros. Ressaltamos aqui a contribuição de Peggy McIntosh, no artigo *White Privilege: Unpacking the Invisible Knapsack*, onde elenca elementos cotidianos que a colocam, enquanto uma mulher branca, num lugar de privilégio. Ressaltamos especialmente o item 6 desta lista, no qual McIntosh destaca a seguinte situação como um privilégio branco: “When I am told about our national heritage or about ‘civilization’, I am shown that people of my color made it what it is.” (MCINTOSH, Peggy. 1989, p. 2)

referimos aqui especialmente à estatuária da cidade, e a representação de figuras históricas que personificam esse passado que evoca os feitos da branquitude. Para isso, no capítulo seguinte, estabeleceremos relações entre monumento, memória e branquitude, e, no terceiro capítulo, traremos para a análise os contextos e as simbologias marcadas nas estátuas de Júlio de Castilhos, erguida como grande homenagem, após seu falecimento; e a de Bento Gonçalves, líder farrapo, governante da República Rio-grandense, que foi construída por iniciativa do governo republicano nas comemorações do centenário farroupilha.

2. “A GLORIFICAÇÃO”: MONUMENTO, MEMÓRIA E BRANQUITUDE

*Povo que não tem virtude escraviza,
manipula, humilha, não forma, se esquiva,
Da verdadeira história, que os tira da pole e da gloria,
traidores, com nomes de rua vivendo até hoje com falsa memória¹⁵*

Como vimos no capítulo anterior, é possível delinear uma identidade coletiva, ou que se coloca como tal, por meio da resignificação do passado, e da criação de narrativas que sirvam aos projetos políticos de grupos hegemônicos. Colocamos foco sobre a produção historiográfica, e viajamos ao longo de alguns séculos, evidenciando a positivação do branco na escrita da história do Rio Grande do Sul, processo que também foi protagonizado por uma elite intelectual branca e de episteme europeia. Agora, veremos a continuidade desse processo, ao buscar compreender, por meio dos conceitos de monumento, memória e branquitude, o potencial que esses discursos elaborados acerca do passado tem e se

¹⁵ Manifesto de Porongos, Rafuagi, 2020.

materializam em um largo patrimônio estatuário, edificado como símbolo, por meio dos recursos republicanos.

A edição do dia 24 de janeiro de 1913 do jornal *A Federação*¹⁶ traz uma amostra desse processo de materialização simbólica, o qual contextualizaremos melhor no último capítulo. Publicado em suas páginas, encontra-se uma extensa matéria acerca da inauguração da estátua em homenagem a Júlio de Castilhos. Sob o título “A glorificação, Monumento a Júlio de Castilhos”, o texto chama a atenção do leitor, ressaltando que “glorificar a memória dos que bem serviram e amaram a sua Pátria” é também enaltecer as virtudes desses “grandes eleitos”. Diante dessa afirmativa, podemos levantar alguns questionamentos. Por que a construção de um monumento público tem o potencial de glorificar uma memória? Quem de fato proclama estes “grandes eleitos”? Qual identidade essas estátuas simbolizam? Buscaremos, a partir de agora, refletir sobre o conceito de patrimônio, dando o passo inicial para a investigação dessas questões.

Patrimônio é um conceito cunhado há séculos e, em sua origem, está relacionado à transmissão de bens dentro de uma estrutura familiar. A definição mais comumente utilizada pelos pesquisadores para definir esse termo em sua concepção primária é a encontrada no *Dictionnaire de la langue française*¹⁷, elaborado por Émile Littré, que teve seus volumes publicados entre 1863 e 1872. Segundo a obra, patrimônio é todo bem de herança, que é transmitido, segundo as leis, dos pais e das mães aos filhos. Essa definição nos permite pensar o patrimônio como herança, ideia que ainda se conecta à noção contemporânea que a palavra adquiriu. Mas é importante dizer que esse termo foi ressignificado, e novos processos históricos trouxeram outras dimensões a esse conceito.

Se antes essa palavra estava associada a um valor aristocrático e privado (FUNARI; PELEGRINI, 2009), com o tempo ele passa a compreender uma dimensão pública e compartilhada. Segundo Funari e Pelegrini (2009), o patrimônio começa a se redesenhar a partir da expansão do cristianismo, com o culto aos santos católicos e a valorização de relíquias religiosas. O período renascentista traz também suas contribuições nesse processo, uma vez que o movimento de resgate da antiguidade direciona os humanistas à coleção e catalogação de tudo que fosse antigo, especialmente de origem grega e romana, como moedas, cerâmica, estatuária, dando origem ao que se chamaria de antiquariado (FUNARI; PELEGRINI, 2009). Mas, é somente com o surgimento dos Estados Nacionais que o patrimônio é moldado numa concepção coletiva e simbólica. Até o século XVIII a Europa

¹⁶ A Federação: Organ do Partido Republicano. Porto Alegre, 24/01/1913, Ano XXX, nº 21. p.5-7.

¹⁷ Disponível em <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5460034d/f1017.item>>. Acesso em 19/04/2022.

monárquica estava organizada em torno das casas reais, e a ideia de unificação e identificação em torno de uma nação não estava concretizada. O desenrolar desse processo está intimamente conectado com a invenção de um patrimônio compartilhado. Esses nascentes Estados passam a se dedicar, portanto, à formulação de uma identidade nacional, capaz de unificar seus povos sob elementos culturais compartilhados. Conforme aponta Thiesse (2001, p. 8), “o que constitui a nação é a transmissão, através das gerações, de uma herança coletiva e inalienável. A criação das identidades nacionais consistirá em inventar este patrimônio comum”.

Com esse novo projeto em voga, o de unificação em torno da nação, os Estados europeus precisavam definir o que era nacional, e isso suscitava a invenção de ancestrais fundadores, uma história comum, heróis nacionais, monumentos culturais e históricos, uma língua, um território, entre outros elementos de identificação cultural (THIESSE, 2001, p. 8). Esse processo não será exclusivo das nações europeias e, ao longo do XIX, se expande para outros Estados em formação, os quais irão importar o modelo da invenção nacional, porém com suas especificidades. Esse será o caso do Brasil, principalmente a partir da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, que reuniu esforços da elite intelectual brasileira, no intuito de construir uma identidade nacional a partir de um espaço de produção legitimada, e que deu origem a uma historiografia de forte teor nacionalista. Como vimos anteriormente, os consensos produzidos a partir do IHGB irão exercer forte influência na produção histórica regional sobre o Rio Grande do Sul. A trajetória de requalificação e ampliação do conceito de patrimônio ainda segue, e conforme os monumentos, construções arquitetônicas, objetos de valor histórico, entre outros, ganham relevância enquanto símbolo de identidade nacional, cria-se uma burocracia para organizá-los. Essas estruturas são compostas principalmente por arquitetos, historiadores da arte, historiadores, arqueólogos, geógrafos, antropólogos e sociólogos, entre outros (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 20).

O que evidenciamos até aqui, acerca do conceito de patrimônio, não o define em sua totalidade, tampouco detalha as suas concepções renovadas, as quais resultam em novos mecanismos para determinar os bens passíveis de reconhecimento, o que pode tornar o acesso às representações e ao campo das disputas simbólicas mais plural. No entanto, a partir do que foi debatido, é possível compreender a importância que os bens materiais, imbuídos de significados, vão manifestar nas sociedades até o início do século XX. Precisamos, portanto, estreitar um pouco mais nossas investigações em torno do nosso objeto de estudo, as estátuas públicas.

Para isso, é importante ressaltar que, apesar do valor de herança coletiva que adquire, juntamente com as noções de preservação de elementos culturais para posteridade, nem todo bem material que contempla essas características é legitimado enquanto patrimônio segundo as concepções mais renovadas. O primeiro órgão voltado para a preservação patrimonial no Brasil foi a Inspeção de Monumentos Nacionais (IMN), em 1933, fundada como uma entidade vinculada ao Museu Histórico Nacional (MHN). Três anos depois, em 1936, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), sendo legitimado a partir de 1937, durante o Estado Novo, como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Já o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Rio Grande do Sul (IPHAER) foi fundado somente em 1990. É a partir da década de 1930, portanto, que se definem critérios mais delimitados em relação ao que é reconhecido como patrimônio, definindo parâmetros para que um bem material seja, ou não, chancelado enquanto tal. Os debates sobre o conceito de patrimônio ainda se aprofundaram no meio intelectual brasileiro, e a Constituição Federal de 1988, por meio do artigo 216¹⁸, altera a denominação de Patrimônio Histórico e Artístico para Patrimônio Cultural Brasileiro. Finalmente, essa nova definição incorpora o conceito de referência cultural e, dentre outros incrementos, possibilita o reconhecimento de bens de caráter imaterial¹⁹.

No caso de Porto Alegre, as diretrizes da Lei Complementar nº 275/92²⁰, que dispõem sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural do Município de Porto Alegre, traz no Capítulo I que,

Art. 1º - Constitui Patrimônio Histórico-Cultural, Natural e Paisagístico do Município e o conjunto de bens móveis e imóveis e os espaços existentes em seu território e que, por sua vinculação a fatos pretéritos e memoráveis, a fatos atuais significativos por seu valor cultural ou natural, ou por sua expressão paisagística, seja de interesse público preservar e proteger contra ações destruidoras.

Art. 2º - Os bens a que se refere o artigo 1º, somente passarão a integrar o Patrimônio Histórico-Cultural, Natural e Paisagístico do Município depois de

¹⁸ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao_federal_art_216.pdf>. Acesso em 19/04/2022.

¹⁹ O Decreto de lei nº 25, de 30 de setembro de 1937 define o patrimônio “como o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. Essa definição não compreende a noção de bens imateriais. Já a definição ampliada no artigo 216 apresenta o patrimônio como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

²⁰

Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/porto-alegre/lei-complementar/1992/27/275/lei-complementar-n-275-1992-dispoe-sobre-a-protecao-do-patrimonio-historico-cultural-e-natural-do-municipio-de-porto-alegre-disciplina-a-integracao-de-bens-moveis-e-imoveis-e-cria-incentivos-ao-tombamento-e-da-outras-providencias>>. Acesso em 19/04/2022.

inscritos, separada ou agrupadamente no livro do Tombo respectivo. (Porto Alegre, 1992)

Segundo essa legislação, publicada somente na década de 1990, só são considerados oficialmente, enquanto patrimônio aqueles bens, móveis ou imóveis, que estiverem inscritos no livro do Tombo respectivo a sua classificação quanto a motivação de preservação. Seria, portanto, ousadia da nossa parte definir arbitrariamente os monumentos estatutários produzidos pelos republicanos no início do século XX como oficialmente constituintes do patrimônio material da cidade de Porto Alegre. No entanto, isso não ignora a relevância do resgate e da reflexão acerca da significação de patrimônio, uma vez que essa investigação nos informa acerca da importância de bens materiais com valor de herança cultural, principalmente em contextos de formação identitária e afirmação política. Desse modo, se por um lado não podemos afirmar que o potencial de impacto social e reforço de uma identidade hegemônica advém da inscrição oficial desses monumentos estatutários em um livro Tombo, ou algum mecanismo que o equivalia, também não devemos ignorar essa estatutária como pertencente ao conjunto de um patrimônio público e simbólico, baseado em um passado histórico embranquecido, que monumentaliza na cidade essas narrativas construídas pela branquitude. Portanto, trataremos aqui os monumentos estatutários, como parte de um patrimônio simbólico elegido e implementado no espaço urbano pelos republicanos positivistas entre 1900 e 1930.

No que tange aos gêneros e às formas do monumento, ele pode abarcar, além das estátuas, túmulos, templos, arcos de triunfo, obeliscos, estelas, hermas, bustos, entre outros. No entanto, o que caracteriza de fato um monumento é o que está além das formas nas quais o monumento se materializa. Nesse sentido, François Choay, em *A Alegoria do Patrimônio*, nos oferece uma definição de monumento bastante completa e competente para as nossas arguições. O autor inicialmente apresenta a etimologia da palavra, do latim *monumentum*, que deriva de *monere* (advertir, lembrar), se constituindo, portanto, como aquilo que traz a lembrança alguma coisa, que evoca uma memória. Nas palavras do próprio autor,

Nesse sentido primeiro, chamar-se-á monumento tudo que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorarem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação de afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse o presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. (CHOAY, 2017, p.17-18)

Destacamos aqui que, inegavelmente, o que define um monumento, mesmo podendo variar em sua forma, é o valor intrínseco de memória. Por meio das diferentes formas de sensibilização que ele pode apresentar, sua finalidade será sempre trazer para o presente, para o hoje de quem o observa, um passado escolhido para ser lembrado. Monumentalizar é, portanto, edificar uma memória. Nesse sentido, o mais óbvio a se pensar é que a memória ativada a partir de um monumento terá um valor “histórico”, mas o próprio conceito do que seria uma memória histórica é mais complexo. O significado dessa memória vai depender da avaliação do contexto de criação desse monumento, quem - ou que grupo - conduziu esse processo, e por quais motivos. Passemos, então, à reflexão acerca da memória.

Podemos atribuir a estruturação do conceito de memória coletiva à Maurice Halbwachs, em obra póstuma, publicada pela primeira vez na década de 1950. Nesse texto, Halbwachs diferencia a memória individual da memória coletiva, contrastando essa segunda com a noção de memória histórica. O sociólogo irá defender que, até quando se trata de nossa memória individual, subjetiva, ela não está inteiramente isolada, dissociada do coletivo. Até mesmo para evocar o nosso próprio passado, precisamos recorrer à lembrança de outras pessoas, a pontos de referência que existem fora de nós mesmos enquanto indivíduos, ou a ferramentas, como as palavras, que o indivíduo “toma emprestado” de seu ambiente social (HALBWACHS, 2003, p. 72). Partindo do pressuposto de que nenhuma memória pode se constituir sem conexão a um grupo social, a memória coletiva seria o resgate de um passado experimentado por determinado grupo. A partir do presente, a lembrança do passado passa constantemente por reconstruções e reconexões, estabelecendo continuidades que ganham coesão pela dimensão afetiva de um grupo em relação a um evento, ou tradição, compartilhados. Nesse sentido, a nação seria a classificação mais ampla de um grupo, e a memória nacional, a última instância da memória coletiva (HALBWACHS, 2003, p. 88-90). No entanto, conforme nos alerta Pollak (1989, p. 3), Halbwachs “não vê nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação”.

Há ainda a noção de memória histórica, a qual, segundo seus argumentos, não seria exatamente correta, uma vez que pela sua leitura, a história se encontra num campo de oposição à memória. Nas palavras do autor,

A história é a compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens. No entanto, lidos nos livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são selecionados, comparados e classificados segundo necessidades ou regras que não se impunham aos círculos dos homens que por muito tempo foram seu repositório vivo. Em geral, a história só começa no ponto em que

termina a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. (HALBWACHS, 2003, p. 100)

O sociólogo ainda afirma que essa distinção se reforça pelo caráter de continuidade da memória, enquanto a história se funda na ruptura e renovação. Além disso, o caráter múltiplo da memória, podendo conter diferentes percepções que se complementam, contrastaria com o caráter de viés único e legitimado da história (HALBWACHS, 2003, p. 102-106).

Outro teórico da memória, o filósofo da história Pierre Nora, terá uma interpretação convergente com Halbwachs no que diz respeito à distinção entre história e memória. Segundo concepção de Nora, no passado, principalmente nas sociedades pré-industriais, a memória operava como a própria história, não havendo distinção cabal entre seus métodos e finalidade. Conforme a história se converte em uma ciência social, a memória se aparta da história, que passa a responder a um método historiográfico (NORA, 1993, p. 9-11). De maneira sintetizada, pelas palavras do autor,

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática daquilo que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado (NORA, 1993, p. 9).

Desse modo, conforme a história edifica seus métodos e aprofunda seu caráter científico, ela opera no sentido da desnaturalização da memória, passando a criar discursos sobre ela, ou que a informam. Nesse sentido, Nora nos lega um conceito chave, que é de grande importância para que possamos compreender a finalidade dos monumentos, o *lugar de memória*. Esses lugares, que não necessariamente precisam ser físicos ou materiais, se prestam ao processo de institucionalização da memória, sendo locais construídos artificialmente para que a história, como ciência, tenha um espaço para rememorar, olhar para si. Assim, Nora (1993, p. 13) irá afirmar que os lugares de memória pressupõem que “não há mais memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais”. Os lugares de memória são, assim, resquícios de memória que se materializou por meio da instituição do que deve ser lembrado. Os monumentos também se inserem nesse campo, uma vez que existem para lembrar todos que o observam do que precisa ser lembrado, do que deve vencer o esquecimento. Sobre os lugares de memória, Nora afirma,

Sem vigilância comemorativa a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não tivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los, purificá-los, eles não se tornariam lugares de memória (NORA, 1993, p. 13).

Esse excerto é especialmente interessante uma vez que revela a dimensão de manipulação da história, e por consequência da memória, por meio da sua instituição em um lugar simbólico. É importante ressaltar que, não necessariamente, esse processo envolve dominação e subjugação.

Ainda cabe ressaltar aqui as contribuições de Michael Pollak, que, além de dialogar diretamente com os autores já referenciados, nos oferece uma concepção de memória mais reveladora do potencial de violência simbólica e impacto social, lógica que, segundo nossos argumentos, vem se reproduzindo por meio dos monumentos que selecionamos para esse estudo. Pollak (1989, p. 9) irá enfatizar que a referência ao passado, evocada a partir da memória, ou de um lugar de memória, “serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade”. Guiado por essa perspectiva, o autor lança mão do conceito de “enquadramento da memória”, processo por meio do qual se constrói uma memória, geralmente silenciadora de grupos que não pertençam, ou que foram excluídos, das instâncias oficiais. Conforme Pollak,

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro [...]. Esse trabalho de enquadramento da memória tem seus atores profissionalizados, profissionais da história das diferentes organizações de que são membros, clubes e células de reflexão [...]. Além de uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais: monumentos, museus e bibliotecas. (POLLAK, 1989, p. 10-11)

Novamente, reforçamos a confluência do processo descrito por Pollak com o que observamos acerca da branquitude republicana que institucionaliza uma versão embranquecida da história por meio da produção historiográfica, selecionando heróis e construindo narrativas, às quais servirão de embasamento, de subsídio, para a materialização dessa memória enquadrada.

A elaboração e instalação desses tipos de monumentos está longe de ser um processo inocente, e essa perspectiva não é alicerçada somente pela ideia de lugar de memória. A título

de exemplo, trazemos uma perspectiva elaborada por Alois Riegl, um renomado historiador da arte, da Escola de Vienna, presidente da Comissão de Monumentos Históricos da Áustria. No início do século XX, o intelectual foi convidado a elaborar um texto que estabelecesse parâmetros para classificação e restauração de monumentos e, em 1903, publicou originalmente *O Culto Moderno aos Monumentos, a sua essência e a sua origem*, obra na qual estabelece valores como instrumentos de estudo e classificação dos monumentos. O primeiro, o valor de antiguidade, se estrutura a partir da percepção dos traços de influência e degradação do tempo, os quais evidenciam ao observador que esse monumento não se originou no tempo presente, sendo estas características perceptíveis por qualquer pessoa, mesmo as sem conhecimento técnico (RIEGL, 2014). Já o outro valor, o valor histórico, repousa sobre uma base científica, sendo compreendido por uma reflexão racional que extrai desse monumento seu caráter original como comprovador da obra da humanidade. Nesse sentido, é importante que hajam esforços para que este monumento seja fisicamente preservado o mais próximo possível de sua forma original, garantindo sua conservação enquanto documento de uma atividade ou feito da humanidade (RIEGL, 2014). Ambos valores têm intrinsecamente o valor de memória, mas se diferenciam em seus propósitos de rememoração, sendo a forma de conservação um elemento primordial desta distinção. Nas palavras de Riegl,

Os dois valores em concorrência encontram-se geralmente em uma relação inversa entre si; quanto maior é o valor histórico, tanto menor é o de antiguidade. Sendo o valor histórico mais insistente, mais impositivo, palpável e objetivo, o valor de antiguidade, mais íntimo, é quase anulado, podendo-se chegar a sua supressão, principalmente quando se trata de monumentos volúveis. (RIEGL, 2014, p. 59)

Como já nos adianta o próprio excerto, há ainda um outro valor que organiza o culto aos monumentos, e este nos interessa especialmente. O terceiro valor classificatório dos monumentos é o valor volível ou o valor de comemoração. Desta forma, o monumento apresenta um valor intencional, desde sua criação, de servir como uma perpetuação do passado no presente, permitindo que permaneça sempre vivo na consciência das gerações futuras. Assim, o monumento de valor volível se pretende a nada menos do que a eternidade, se opondo ainda mais severamente ao valor de antiguidade, uma vez que exige que a sua materialidade seja preservada para se prestar a comemoração (RIEGL, 2014). É a partir deste último conceito classificatório que podemos pensar as motivações das estátuas erguidas em comemoração aos feitos políticos de Júlio de Castilhos, e ao General Farroupilha Bento Gonçalves.

Mas ainda assim, admitir que o monumento é uma construção, que é idealizado por alguém, serve a determinada finalidade e rememora determinado passado, mesmo que sabidamente inventado, ainda não explica totalmente o seu potencial de impacto. Uma via possível para melhor compreensão dessa questão é a dimensão de poder simbólico, esse espectro invisível, não dito, mas que exerce enorme potencial de dominação. Para Bourdieu (1989), o poder simbólico se configura como um poder oculto, que se deixa ver menos. Este poder é estruturado, na medida que é idealizado, elaborado, e estruturante, uma vez que reforça as estruturas sociais hegemônicas (BOURDIEU, 1989). Esse poder simbólico funciona por meio de um sistema simbólico (arte, linguagem, religião), e os símbolos desse sistema produzem consenso acerca dos sentidos e representações, contribuindo para a reafirmação de uma ordem social. Pelas palavras do próprio autor,

O poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 1989, p. 14).

Podemos concluir que, de modo geral, o mecanismo de representação por meio de um símbolo gera homogeneização em torno de um grupo dominante, e o sucesso desse poder simbólico está justamente em ignorar ou minimizar seu potencial de produzir efeitos práticos de dominação social. Os estudos críticos da branquitude vão revelar que existe um universo de poder e privilégios simbólicos compartilhados por pessoas brancas em nossa sociedade - no qual podemos assinalar aqui o privilégio de ter sua história e memória representada nos monumentos - e que esse sistema contribui para a manutenção das desigualdades nas relações raciais. Nesse sentido, torna-se fundamental traçar alguns aspectos sobre a branquitude enquanto campo de análise.

Em um contexto em que as questões raciais eram constantemente analisadas sob a perspectiva de um problema social do negro, os estudos críticos da branquitude irrompem alertando que era preciso também pensar o papel da identidade racial branca. Intelectuais como Du Bois, Alberto Guerreiro Ramos, Frantz Fanon foram considerados precursores dessa perspectiva, uma vez que colocaram foco sob os efeitos da colonização e do racismo, sobretudo, na subjetividade do branco (SILVA, 2017). A partir da década de 1990, intelectuais estadunidenses se dedicaram a reflexões do mesmo cunho, se aprofundando nos estudos da

branquitude e seus efeitos. Essas produções ficaram conhecidas como *Critical whiteness studies*, ou, em tradução, estudos críticos da branquitude (CARDOSO, 2017).

Já no caso brasileiro, os estudos sobre a branquitude se estruturam de maneira mais sistemática a partir dos anos 2000, sendo objeto de análise principalmente da sociologia, psicologia e comunicação social. Alguns dos nomes que deram o pontapé inicial nas análises, estudando especificamente o caso brasileiro, são, o já mencionado Guerreiro Ramos, César Rossato e Verônica Gesses, Edith Piza, Maria Aparecida Bento (SILVA, 2017). Esses intelectuais vão se ocupar em compreender e em evidenciar, principalmente em contextos aparentemente não racializados, a subjetividade do branco e sua posição nas relações raciais. Mas qual é, afinal, a definição de branquitude?

Como já expusemos no primeiro capítulo, a partir das definições de Frankenberg (2004), uma das referências dos estudos críticos desenvolvidos por norte-americanos, branquitude, ou branquidade, é um conceito complexo, que pode alcançar muitas dimensões. No entanto, após desbravar uma vasta bibliografia, Priscila Elizabeth da Silva nos apresenta a seguinte definição,

A branquitude é um constructo ideológico, no qual o branco se vê e classifica os não-brancos a partir do seu ponto de vista. Ela implica vantagens materiais e simbólicas aos brancos em detrimento dos não-brancos. Tais vantagens são frutos de uma desigual distribuição de poder (político, econômico e social) e de bens materiais e simbólicos. Ela apresenta-se como norma, ao mesmo tempo que como identidade neutra, tendo a prerrogativa de fazer-se presente na consciência de seu portador, quando é conveniente, isto é, quando o que está em jogo é a perda de vantagens e privilégios. (SILVA, 2017, p. 29)

A primeira parte do excerto corrobora com o que viemos argumentando até aqui, o branco dispõe do poder de se enxergar a partir de si próprio, e definir o outro também a partir do seu ponto de vista. Em termos práticos, ele se define a partir de seus próprios referenciais, geralmente de maneira positiva, e arbitra sobre o outro, sobre o não branco, com certa frequência - e nos exemplos que levantamos aqui acerca da historiografia, e outros locais de poder da elite gaúcha - de maneira pejorativa ou reducionista. Em segundo lugar, é importante sublinhar que, o universo de vantagens, formas de poder, simbólicas e materiais também são elementos que favorecem os brancos nas relações raciais. Esse ponto é especialmente relevante para o nosso caso de estudo.

Para Lia Schucman, a branquitude é entendida como um local, uma posição que é sistematicamente privilegiada no que tange às dimensões do poder material e simbólico. Esse acúmulo começa a ser gerado pelo colonialismo, e em esmagadora maioria, se mantém, se

retroalimentam, podendo ser percebidos na contemporaneidade (SCHUCMAN, 2020). Tal afirmativa, respalda a motivação dessa própria pesquisa e, consideramos, também é comprovada por ela. Schucman (2020) ainda nos alerta sobre a importância de entender as formas por meio das quais se constroem as estruturas de poder concretas em que a branquitude se alicerça, onde ela realmente produz efeitos e materialidade.

Essas formas também podem ser múltiplas, porque têm se estruturado há séculos, e algumas delas, pelo menos as que se relacionam mais diretamente com nosso objetivo final de análise da estatuária, buscamos evidenciar neste trabalho. A questão da produção historiográfica que intenciona a valorização do branco, o próprio acesso a esse lugar de escrita e intelectualidade, o poder de legitimação de uma memória, a monumentalização dessa invenção identitária, o resultado que o reforço positivo da branquitude que essa memória pode produzir no espaço público, enfim, todos estes, e outros que nem mesmo cogitamos, conformam uma teia de poderes e privilégios ratificados. Por fim, destacamos que é sempre um grande desafio repensar interpretações clássicas trazendo à tona as dinâmicas raciais, especialmente quando se trata da branquitude, e em contextos exaustivamente analisadas por outros vieses. Mas, em consonância com Silva (2017), concordamos que este é um esforço que tem sido cada vez “mais exigido, em que se mostra muito proveitosa a utilização do conceito de branquitude como dispositivo analítico”, ou seja, como uma “ferramenta capaz de fazer emergir o pensamento racial, mais especificamente a subjetividade do branco em contextos aparentemente não racializados” (p. 20).

No próximo capítulo, arremataremos nossas investigações, apresentando o contexto que propiciou a construção de um grande volume de estátuas comemorativas da branquitude na cidade de Porto Alegre. Analisaremos, finalmente, os monumentos à Júlio de Castilhos e Bento Gonçalves, financiados pelos republicanos, e além disso, proporemos reflexões acerca de uma questão que se impõe no presente: a intervenção nos monumentos que, ao passo que comemoram a branquitude, violentam a memória dos grupos por ela inferiorizados.

3. MONUMENTOS CONTROVERSOS: QUEM TEM MEDO DA INTERVENÇÃO?

*“cumpre ponderar que
semelhante estátua
será um attestado perenne
de que um grande crime aqui
se commetteu impunemente,
reduzin-se o homem,
livre por natureza e por destino,
à mais nefanda das
escravidões.”²¹*

Em um levantamento recente, de junho de 2020, feito pela Revista Parêntese²² a partir de dados da Secretaria Municipal de Cultura, foi constatado que 60% dos homenageados em monumentos em Porto Alegre são homens brancos, em sua maioria escravocratas:

A obra²³ de Antonio Caringí, concebida na Alemanha nazista, é uma das mais de 80 dedicadas a homens brancos na estatuária pública de Porto Alegre, o que soma 60% das pessoas homenageadas. Dos mais de 130 monumentos que representam ou homenageiam figuras humanas, apenas nove são para a população negra e outras nove para mulheres. Há também marcos, obeliscos e placas para o povo judeu e o sírio-libanês, entre outros. (ORTIZ, 2020, p. 2)

Solicitamos à Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre acesso à mesma documentação, e foi nos encaminhado uma planilha com o registro de todos os monumentos da cidade, até agosto de 2021, informando sua denominação, localização, tipo de objeto, além da sua data de instalação e seus autores. Reorganizando esses dados, são ao todo 87 monumentos que fazem evidentemente referência a grupos de identidade branca, frente a 16 que se referem à identidade indígena, negra ou asiática na cidade. Destes, 62 trazem a figura física, em forma de bustos, hermas ou estátuas de homens brancos, com rostos, nomes e uma história bem definida e informada. Já quando se trata dos monumentos que fazem referência às identidades indígenas, negras ou asiáticas, em grande parte compõem o mobiliário da cidade, como os vasos decorativos com motivos indígenas, ou as esculturas do recanto japonês, localizados no Parque da Redenção - oficialmente nomeado Parque Farroupilha.

²¹ A Federação. Orgam do Partido Republicano. Porto Alegre, 07/01/1885, Ano II, no 5. p.1.

²² Disponível em <https://www.matinaljornalismo.com.br/parentese/homens-brancos-sao-60-dos-homenageados-em-monumentos-de-porto-alegre/> Acesso em 22/04/2022.

²³ Aqui o autor refere-se a estátua de Bento Gonçalves, erguida em 1935.

Apenas duas entre elas apresentam formas humanas, o que dificulta a identificação à primeira vista. São elas o monumento à Índia Obirici e o monumento à Mãe Oxum. Outros destes monumentos são fruto da reivindicação da comunidade negra local, como é o caso das obras que compõem o Museu do Percurso do Negro²⁴.

O contraste é alarmante e revelador. São muitas as possibilidades de reflexão a partir desses dados, mas há uma constatação da qual não é possível fugir: a branquitude obteve os meios e soube muito bem marcar a sua presença e sua memória na cidade. Como precisamos fazer escolhas para melhor analisar a situação, optamos por evidenciar monumentos que fossem capazes de sintetizar os elementos mais frequentemente evocados, ou mais representativos da história e da memória que a branquitude construiu para si. Como já mencionado nos capítulos anteriores, o primeiro deles é o monumento a Júlio de Castilhos, repleto de simbolismos republicanos e positivistas, ideologias de grupos os quais sabemos terem sido aglutinadores de ações práticas que auxiliaram a subjugar outras identidades. Elevado à máxima consagração, essa figura política, conforme foi evidenciado, é no mínimo contraditória. O outro monumento selecionado, é a magnânima estátua equestre de Bento Gonçalves, líder farroupilha, herdeiro de estancieiros, representante das elites brancas do sul, e do gauchismo “higienizado” que apaga a memória de negros e indígenas em nosso território.

Para melhor compreender esse processo, buscaremos os contextos e motivações que levaram à instauração desses monumentos, nas décadas de 1910 e 1930. Essa tarefa será realizada tomando por base os estudos de Arnoldo Doberstein²⁵, que dedicou boa parte de suas pesquisas a investigar a relação entre ideologia e a estatuária presente no fachadismo, interior e exterior de prédios públicos, e nos monumentos públicos que figuram na cidade de Porto Alegre, e no estado do Rio Grande do Sul. As referências a ele serão repetidas, não somente pela qualidade de seu trabalho, mas também pela escassez de outros pares que se dediquem ao mesmo tema, ou que não tomem, igualmente, sua produção como aporte teórico. Doberstein (1992) faz uma análise bastante materialista, inclusive a definição que utiliza para ideologia se sustenta em Marx. Nossos esforços estarão em complementar suas argumentações com uma perspectiva que evidencie também a questão racial implícita nessas dinâmicas, trabalho que viemos construindo desde o primeiro capítulo ao argumentar sobre a construção do republicanismo positivista e do gauchismo como expressões da branquitude gaúcha.

²⁴ Composto por obras públicas, inauguradas entre 2010 e 2014, as quais referendam a passagem de ancestrais por lugares territorializados pela comunidade negra na cidade de Porto Alegre.

²⁵ Doutor em História pela PUCRS, com ênfase em História da Arte e Cultura Artística.

Desde meados do século XIX, a nível global e regional, houveram importantes transformações econômicas e tecnológicas que reorganizaram a estrutura tradicional instaurada no país desde a colonização. Dentre elas, podemos assinalar a introdução das relações assalariadas com as imigrações, a estruturação de um mercado interno, o surgimento das primeiras indústrias e a urbanização (PESAVENTO, 1997). É principalmente relacionado a este último processo, o qual se intensifica na passagem do XIX para o XX, que se instaura na elite dirigente republicana, e também na nascente burguesia urbana, o projeto de “transformar a fisionomia da cidade”. Nos anos mais imediatos antes da Primeira Guerra Mundial, esse objetivo se intensifica, dando origem ao “quadriênio glorioso”, 1910-1914, onde fica perceptível as primeiras marcas dessas elites, com a construção de prédios como a Delegacia Fiscal, e monumentos como o do Barão de Rio Branco, e a Júlio de Castilhos (DOBERSTEIN, 1992, p. 90). Os bons frutos que a economia estadual vinha apresentando durante as primeiras décadas de 1910 contribuíram e muito para a consolidação e hegemonia do PRR, e isso se traduziu na estatuária fachadista e monumental da cidade de Porto Alegre, que representa fortemente o ideário positivista (DOBERSTEIN, 1992). Nas mesmas linhas, Arnoldo Doberstein ainda sublinha que, sem sombra de dúvidas, esse processo de monumentalização obedeceu a fins propagandistas.

Outro grupo importante, sem o qual esses monumentos não existiriam, e que precisa ser evidenciado, são os escultores “patrícios”, como eram chamados. No contexto europeu, em finais do século XIX, as construções arquitetônicas na Europa passaram a rechaçar o estilo historicista no qual muitos tinham se especializado, isso reduziu significativamente as possibilidades de trabalho para esses artistas italianos, alemães, franceses, entre outros, restando-lhes a migração para as américas, onde suas produções eram valorizadas em função de seu valor estético, didático e educativo (DOBERSTEIN, 1992). Até o início do século XX o Estado do Rio Grande do Sul, de maneira geral, não contava com um número expressivo de escultores locais, muita coisa importava-se da Europa, e a Escola de Artes, criada em 1908, antes do quadriênio glorioso, encontrava dificuldades até na manutenção do seu quadro de professores (DOBERSTEIN, 2002). Entre crises e ascensões, esses escultores irão se estabelecer na cidade de Porto Alegre e realizarão aqui reconhecidos trabalhos na fachada de grandes edifícios, no interior de prédios, e na movimentação de espaços públicos. Artistas nascidos no Brasil, no entanto, também farão migração, mas no sentido oposto, desenvolvendo seus estudos na Europa, como é o caso de Décio Villares, e Antônio Caringi, escultores das obras que iremos analisar.

A esmagadora maioria das obras encomendadas a esses artistas, que os motivaram a migrar para o Rio Grande do Sul, de maneira mais abrangente, e para Porto Alegre, foram patrocinadas pelos positivistas, como nos elucida o trecho a seguir,

[...] uma grande parte das encomendas que trouxeram e mantiveram os estatuários patricios aqui no Estado foram para prédios, monumentos e mausoléus feitos pelo poder público, que tinha no seu governo um grupo de políticos professos da doutrina positivista. De acordo com as concepções positivistas, a arte deveria servir como instrumento de educação e aperfeiçoamento da humanidade. (DOBERSTEIN, 2002, p. 128)

Se os republicanos positivistas souberam utilizar da arte e do artifício do monumento para educar e eternizar suas memórias, antes eles souberam também definir quais memórias não deviam ser guardadas. No dia 07 de janeiro de 1885 se desenrola um debate acerca de uma sugestão do Centro Abolicionista, o qual se revela nas páginas de *A Federação*²⁶. Junto aos fundos reunidos para realização da construção de um prédio para as aulas noturnas no Parthenon Litterário, colocou-se como condição o oferecimento de ensino gratuito aos recém libertos. Até esta determinação não havia nenhuma discordância, uma vez que os republicanos concordavam em oferecer educação que tivesse o trabalho como finalidade, “para que os libertos, saídos agora do regime de tormentos da escravidão, postem o seu concurso eficaz à sociedade e não constituam elemento perturbador”²⁷. No entanto, o que alterou os ânimos e promoveu discordância dos dirigentes republicanos foi a proposta de construção de um monumento em comemoração à abolição, que seria instalado dentro deste novo prédio. Assim verificamos no seguinte excerto:

Em uma comunicação escripta que nos enviou o secretario do Centro Abolicionista, está declarado que uma parte do producto da kermesse será empregada "no feito de uma estátua da Redempção, que será collocada no edificio do Parthenon."[...] Porque há de se levantar no projectado edificio do Parthenon uma estátua da Redempção? Para comemorar a libertação de Porto Alegre ou da provincia? Si é esse o fim, cumpre ponderar que semelhante estátua será um attestado perenne de que um grande crime aqui se commetteu impunemente, reduzin-se o homem, livre por natureza e por destino, á mais nefanda das escravidões. Para perpetuar na memória dos vindouros que este povo, depois de dezenas e dezenas de annos, soube, enfim, reparar o grande crime commetido, libertando os desgraçados que, por uma violência sem nome, foram escravizados?

²⁶ A Federação. Orgam do Partido Republicano. Porto Alegre, 07/01/1885, Ano II, nº 5. p.1. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20188&pesq=1885&pagfis=1027>>. Acesso em 23/04/2022.

²⁷ Idem

Semelhante fato não é preciso perpetuar, porque a reparação de um crime não se perpetua. Si é possível esquecer-se o crime, que seja esquecido; mas não se perpetue a reparação que o relembre imediatamente.²⁸

Diante dessas constatações, torna-se inegável que os monumentos foram instrumentos ideológicos preciosos e largamente utilizados por essas elites no intuito de perenizar seus valores, bem como silenciar os que com ele não condizem. Tinham consciência completa do que significava erigir tais monumentos, assim como também tinham consciência de que não erigir facilitava os caminhos do esquecimento. Nos dedicaremos agora a examinar alguns elementos simbólicos do Monumento à Júlio de Castilhos.

Para destacar algumas simbologias presentes no monumento, nos apoiaremos em outra edição de *A Federação*, publicada em janeiro de 1913²⁹, a qual traz uma extensa cobertura da inauguração da obra pública. O texto, que vai da quinta à sétima página do periódico, convida a população a prestigiar a cerimônia, mas também traz uma análise detalhada interpretando os símbolos que o monumento evoca.

Júlio Prates de Castilhos havia falecido no dia 24 de outubro de 1903, precocemente, aos quarenta e três anos. Os trabalhos para a estruturação do monumento iniciaram em 27 de julho de 1910, projetado pelo artista Décio Villares, grande admirador da filosofia positiva, e teve sua inauguração realizada no dia seguinte à divulgação feita pelo jornal republicano. No periódico, fica descrito que o monumento deveria representar a trajetória de Castilhos em três momentos principais: “a da propaganda, a da organização e a phase posterior à sua retirada do governo”³⁰. A face principal do monumento, apresenta o político de maneira soberana, sentado num trono cheio de simbolismos.

²⁸ Idem

²⁹ A Federação: Orgam do Partido Republicano. Porto Alegre, 24/01/1913, Ano XXX, nº 21. p.5-7. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&Pesq=Felippe%20Baptista&pagfis=26452>>. Acesso em 22/04/2022.

³⁰ A Federação: Orgam do Partido Republicano. Porto Alegre, 24/01/1913, Ano XXX, nº 21. p.6.

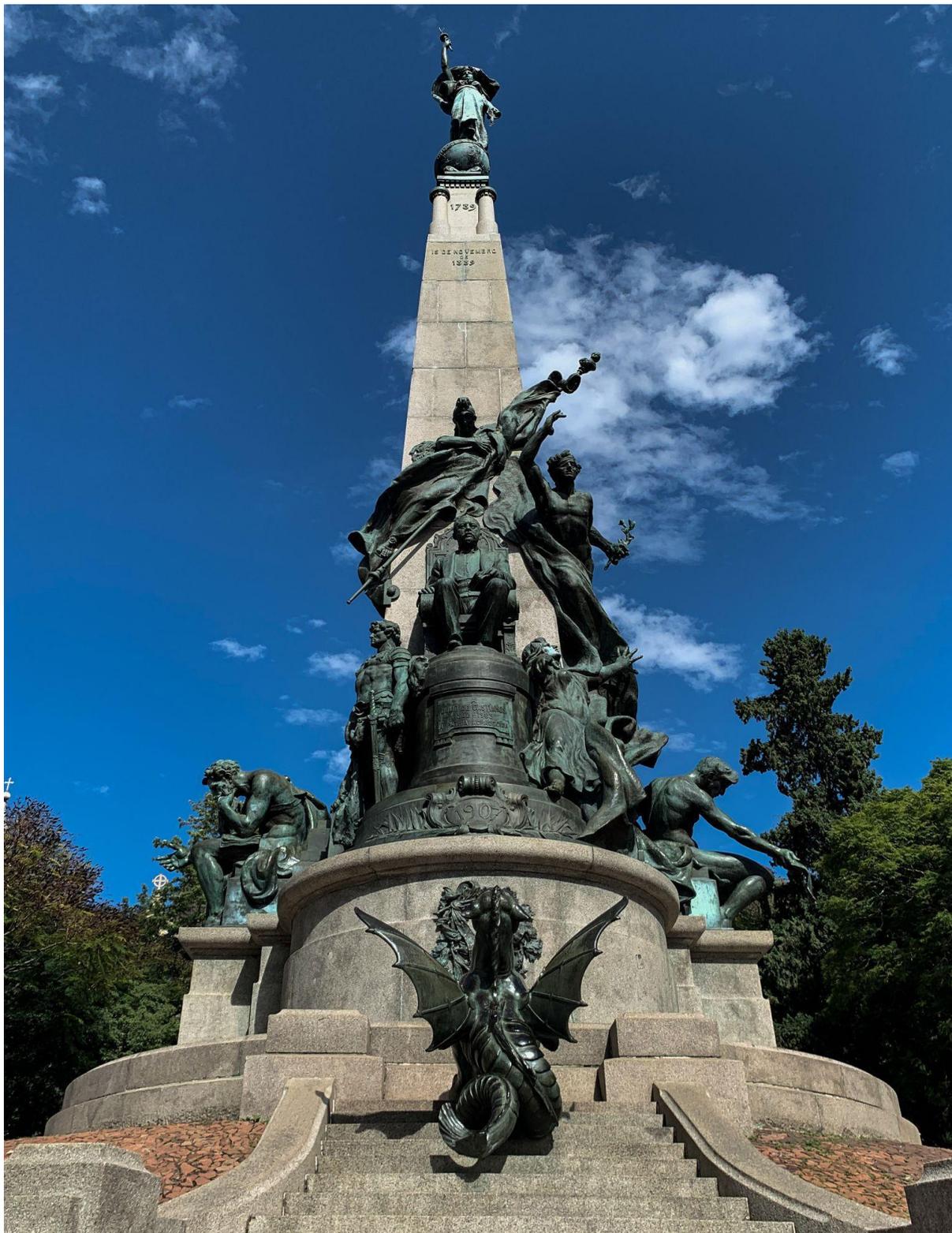


Figura 1: Monumento à Júlio de Castilhos
Fonte: Elaborada pela autora, em 24/04/22

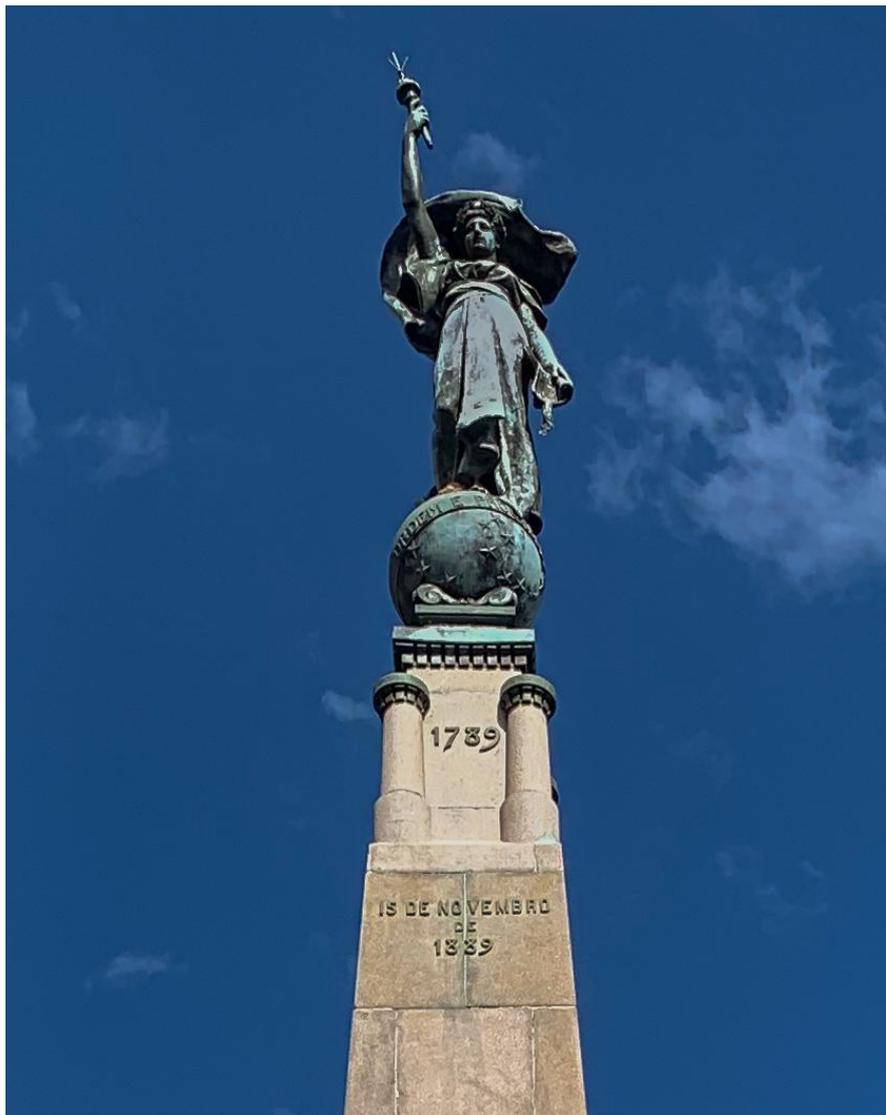


Figura 2: Representação da República
Fonte: Elaborada pela autora, em 24/04/22

Começamos pela figuração da República, que se mostra em uma de suas representações mais clássicas, uma mulher branca, com a mão direita erguida, trazendo luz, e a “taboia da lei” protegida pela outra mão. Ela está alçada ao ponto mais alto do monumento, representando a liberdade, paz e fraternidade, “como symbolo dos ideaes que resumem a politica moderna”³¹. A República está tranquilamente repousada sobre uma “esphera de bronze esverdeado, onde se distinguem as 21 estrellas representativas dos Estados Federados Brasileiros”, e logo abaixo vê-se gravado o ano 1789, aludindo à Revolução Francesa para demonstrar “a filiação da evolução nacional a evolução ocidental”³². Logo abaixo, outra data

³¹ A Federação: Organ do Partido Republicano. Porto Alegre, 24/01/1913, Ano XXX, nº 21. p.6.

³² Idem

está inscrita no topo da estrutura piramidal, 15 de Novembro de 1889, “está ali collocada para manifestar a ligação política do Rio Grande do Sul ao conjuncto das Pátrias Brasileiras”³³.

À direita de Castilhos, duas figuras representam elemento de sua personalidade, a Firmeza, um homem branco e musculoso, que aciona referência aos soldados greco-romanos, protege a base do monumento, e o Patriotismo, representando “a imagem amorosa do civismo, sobraçando o pavilhão nacional, pendida ternamente sobre a cabeça de Julio de Castilhos, symboliza ali o amor - motor supremo de todas as boas acções³⁴”. Já à esquerda, encontramos as representações da Coragem e Prudência. A primeira, “ofegante, impaciente, trazendo louros da victoria em uma das mãos, com a outra, num gesto largo incita o estadista a agir”, enquanto a Prudência “em plano inferior, temerosa, desesperada, esforça-se por deter a Coragem, apontando-le o Perigo”. Aqui, a coragem foi colocada como motivadora, para que Castilhos enfrentasse o Perigo, que, neste caso, está representado por um dragão³⁵ posicionado à frente do líder.

³³ Idem

³⁴ Idem

³⁵ Doberstein (1992) sugere que a escolha do dragão, no lugar da cobra que foi inicialmente pensada, pode querer simbolizar o enfrentamento da restauração monárquica, já que o dragão constava no brasão imperial.



Figura 3: Representação da Pátria e Firmeza
Fonte: Elaborada pela autora, em 24/04/22



Figura 4: Representação Coragem e Firmeza
Fonte: Elaborada pela autora, em 24/04/22

É possível extrair ainda mais simbologias do monumento, como as referências à Tiradentes e a José Bonifácio, o elogio à sabedoria política de Castilhos, ou a representação da propaganda republicana, simbolizada por “um joven insinuante, no acto de quem distribue ao público exemplares de A Federação, jornal onde Júlio de Castilhos mais esforçou-se no combate ao antigo regimen”³⁶. Mas gostaríamos de destacar especialmente uma: o Gaúcho.

Representando a totalidade do povo gaúcho, e seu apoio aos feitos políticos do homenageado, vemos a imagem de um homem branco, jovem, montado em um cavalo, sob o qual se ergue com seu chapéu na mão. Não é surpreendente que essa personificação do “povo” e do “apoio popular” seja branca e masculina, ficando excluídos dessa categoria negros e indígenas, mulheres e a população pobre em geral. Seguindo nas descrições informadas pelo jornal, num movimento de comemoração à república “o joven gaúcho é representado no momento em que faz esbarrar o animal que trazia já desfilado, pisando num solo onde se distinguem um arado e a caveira de animal bovino”. A caveira bovina mencionada, colocada aos pés do gaúcho, se refere às charqueadas, talvez a única referência que possamos aludir à participação da população negra nessa epopeia narrada em forma de monumento, mas que ainda assim é negada e escondida pelos republicanos.

³⁶ A Federação: Orgam do Partido Republicano. Porto Alegre, 24/01/1913, Ano XXX, nº 21. p.7.



Figura 5: O Gaúcho, representação do povo e do apoio popular
Fonte: Elaborada pela autora, em 24/04/22

Por fim, nada mais justo do que ceder a palavra aos próprios republicanos em sua autoanálise, comprovando, mais uma vez, a total intencionalidade no projeto que implementavam:

Como se vê, essa idealização constitui um monumento na acepção exata do termo, e não simplesmente uma estatua. A vida do estadista ali é glorificada no meio em que ele viveu, com os antecedentes que a tornaram possível e ao mesmo tempo com a formulação dos votos e disposições que ela é apropriada a inspirar a todos os verdadeiros republicanos. Saído do passado, todo o Estadista vive no presente, para preparar cada vez mais o Futuro.³⁷

Entre a década de 1920 e 1930 houve mudanças no cenário político e econômico mundial, que afetaram também o contexto regional. O período após a Primeira Guerra Mundial havia sido bastante dramático, gerando necessidade de reorganização da economia. Ocorreram retrações nas forças produtivas, inclusive da atividade construtora, que afetou diretamente as obras públicas nesse período. No cenário político, o PRR se mantinha no poder, e a maior parte dos filiados no partido eram estancieiros, ou filhos de estancieiros, que nas últimas décadas haviam se estabelecido nas cidades, auxiliando as propostas de “modernização e civilização” positivistas. Além disso, os republicanos gaúchos, apesar de conflitos regionais com a oposição, enfrentados na década de 1920, representavam uma força política influente no cenário nacional, protagonizando eventos relevantes que ditaram os rumos da nação, como a Revolução de 1930 que “inaugurou um período de sete anos, durante o qual os gaúchos dominaram a cena política brasileira” (CORTÉS, 2007, p. 46-49). Assim o Rio Grande do Sul não se eximiu dos debates nacionalistas e, fundamentados nas produções intelectuais que vimos no primeiro capítulo, souberam fornecer o seu modelo de “herói”.

Se antes os positivistas enxergavam o gaúcho como algo incompatível com o progresso e com o desenvolvimento, a necessidade de construção da identidade regional passou a ser resgatada como expressão dos valores da população rio-grandense. Nesse sentido, se afirmou o “heroísmo gauchesco”, expressão regional do nacionalismo, que tinham por fim “exaltar as qualidades do tipo humano e do espaço físico que formaram as bases da sociedade rio-grandense, com ênfase no militar e no homem do campo (DOBERSTEIN, 2002, p. 302). Evidentemente, a afirmação desse aspecto da identidade gaúcha deu origem a uma nova onda de encomendas de estátuas e monumentos públicos, a qual se estendeu ao longo de toda a década de 1930, sendo inaugurado pela estátua equestre ao General Osório,

³⁷ Idem

instalada em agosto de 1933, e se intensificando a partir de 1935, com as comemorações do centenário Farroupilha. (DOBERSTEIN, 2002, p. 320). Chegamos, finalmente, ao contexto imediato do monumento em homenagem a Bento Gonçalves.

Antes de passarmos à apresentação do monumento, vamos entender quem é o homenageado. Bento Gonçalves nasceu em setembro de 1788, na Vila de Bom Jesus do Triunfo. Cresceu na Estância da Piedade fundada por seus avós, e fazia parte de um restrito grupo de fazendeiros, donos de terras, grupo social conhecido por “caudilhos”, conhecidos por possuir um grande número de escravizados, e organizarem exércitos privados que tinham a finalidade de proteger seus territórios (COELHO, 2009). A construção de sua versão mítica em torno do militarismo tem seus fundamentos, uma vez que desde cedo dedicou-se à carreira militar, e aos 18 anos já estava envolvido nos conflitos do Prata. Foi nomeado Capitão de Guerrilhas em 1818, e atuou na campanha do Uruguai. Desempenhou papel importante na Guerra Cisplatina, de onde vem grande parte de seus reconhecimentos. Sua relação com o Império sofre abalos em 1834, quando é acusado de articular a separação da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Devido a essa ocasião, foi destituído de suas funções militares na província, principalmente por pressão dos conservadores, e teve prisão decretada, sendo destinado ao Forte do Mar na Bahia de Todos os Santos (COELHO, 2009). Mesmo à distância, foi nomeado presidente da recém deflagrada República Rio-Grandense, e no decorrer da Farroupilha vivenciou os atos que seriam glorificados e mitificados pelas gerações no início do século XX.

Os preparativos para a construção do monumento em sua homenagem iniciaram em 1934, às vésperas do centenário Farroupilha, quando os governos do estado e da capital começaram os preparativos com o edital e a formação da Comissão Julgadora. Essa comissão decidiria qual obra e artista seriam contemplados na oportunidade de eternizar a imagem do herói, comemoração que custaria ao poder público o montante de 500:000\$000. O concurso foi acirrado e, conforme ressalta Doberstein (2002) a imprensa cobria as polêmicas em torno da situação, anunciando a chegada de Antônio Caringi para concorrer com Hildegardo Leão Velloso, responsável pelo monumento a General Osório, comentado anteriormente. Caringi aproveitou todas as oportunidades para fazer a defesa pública de suas qualidades e do monumento que propunha, dentre elas, destacou que tinha sido o “único brasileiro convidado a assistir ao lançamento da pedra fundamental da Haus Der Deutsch Kuns, ao lado de Hitler”³⁸. Na mesma entrevista, defendeu o Nacional-Socialismo e seu apreço à arte, além de afirmar que a “xenofobia” alemã era apenas história sem embasamento. Ainda houve muitos

³⁸ Diário de Notícias, 02/11/1934, p.7 *apud* DOBERSTEIN, 2002, p. 327.

desentendimentos, incluindo a dissolução e reorganização de uma nova Comissão Julgadora, até que a obra de Caringi fosse selecionada. O monumento finalmente começou a ser modelado, mas na Alemanha nazista, de onde vem também as formas estéticas que Caringi aprendeu com seus mestres, especialmente Hermann Hahn, muito valorizado no III Reich (DOBERSTEIN, 2002).

Em 16 de Janeiro de 1936 foi finalmente inaugurado o monumento idealizado por Caringi, encerrando com glórias a comemoração do Centenário Farroupilha. Diante do que comentamos até aqui, fica evidente que o poder de impacto e rememoração está centrado na construção mítica de Bento Gonçalves, e em todo o contexto que o cerca, levando centenas de pessoas à comemorarem a inauguração de um monumento que eterniza o “herói farroupilha”, mas que dissimula o caudilho escravocrata.



Figura 6: Monumento a Bento Gonçalves
Fonte: Elaborada pela autora, em 24/04/22



Figura 7: Monumento a Bento Gonçalves; “Compatriotas! O nome da pátria nunca soou em vão aos meus ouvidos”

Fonte: Elaborada pela autora, em 24/04/22

Como podemos observar, a obra retrata Bento Gonçalves como um típico representante da oligarquia agro-pastoril, bem aposturado sobre seu cavalo, um símbolo muito frequente e relevante nas construções do gauchismo, vestindo seu uniforme da Guarda Nacional. Obviamente que um evento de tamanha proporção, suspeitamos, seria noticiado nos jornais, e mais uma vez recorreremos ao periódico *A Federação*, que de fato cobriu o encerramento do evento. Ao longo da matéria, os republicanos fazem diversos elogios aos homenageados, dentre eles, destacamos o trecho a seguir, que ilustra com um pequeno caso sua “honra e valentia”: “Adolescente ainda, foi certa vez, no Triunfo, provocado por um negro peleador cuja fama impunha terror nas redondezas. Travava luta, à arma branca, com o temível desordeiro, prostrando-o por terra vencido³⁹”. Aqui vemos o valor de valentia sendo exaltado pelo enfrentamento violento a um inimigo, o qual se faz questão de marcar racialmente. Como podemos perceber, apesar de o peleador ter fama nas redondezas, não é identificado por um nome para além da cor da sua pele. E, conforme os rumos do texto, podemos sugerir, inclusive, que na opinião de quem trouxe a história como exemplo, o fato de enfrentar um “negro peleador” aumenta os seus feitos “heróicos”. A glorificação de um escravocrata, que tem sua imagem mítica construída em um processo de invenção da identidade regional, que embranquece o passado, e o presente, por meio de sua comemoração, já nos fornece elementos bastante contundentes para afirmarmos que se trata aqui de uma representação que engrandece a branquitude. Quando acrescentamos a essa conjuntura um artista que se relaciona com a Alemanha nazista e aprecia suas formas estéticas, além de um elogio racista registrado em texto por seus admiradores republicanos, se torna ainda mais difícil negar esse fato.

3.1. AS ESTÁTUAS EM PAUTA: INTERVENÇÃO OU VANDALISMO?

Tais apontamentos podem não ter gerado incômodo na época em que esses monumentos foram instaurados, mas esse cenário muda de figura quando nos voltamos para o presente. O debate se tornou recorrente a nível internacional em 2015, quando outros monumentos controversos como esses passaram a ser questionados nos Estados Unidos por evocar a memória dos confederados norte-americanos. No Brasil, o debate ganhou ainda mais notoriedade em 2021, com o incêndio provocado por manifestantes no monumento a Borba

³⁹ A Federação: Organ do Partido Republicano. Porto Alegre, 16/01/1936, Ano LIII, nº 13. p.6.

Gato⁴⁰, uma dentre as estátuas que homenageiam bandeirantes na cidade de São Paulo. Essas, apesar de não termos registros mais formais, sem dúvidas, não foram as primeiras vezes que um monumento sofreu intervenção pelo conteúdo da memória que evoca.

A matéria da Revista Parêntese, sobre a alta porcentagem de monumentos que representam homens brancos e escravocratas, que citamos no início deste capítulo, traz dentre suas reflexões a seguinte afirmativa: “não há sinal de que as estátuas de personagens escravocratas em solo gaúcho, como Bento Gonçalves, venham a ser derrubadas”. De fato, ainda não tivemos notícia de que um monumento tenha sido queimado ou derrubado, mas isso não significa que intervenções políticas que viram reparar essas memórias não tenham acontecido, e se intensificado nos últimos anos. Temos registros de que em 2014, na Primeira Marcha de Zumbi dos Palmares⁴¹ de Porto Alegre, organizada pelos militantes do coletivo Negração, Alicerce e da Frente Quilombola, houveram ações de renomeação de placas que evocam memórias racistas. Dentre os alvos, estava a placa do Museu Júlio de Castilhos, como podemos verificar na imagem a seguir. A marcha representou um marco na coalizão da luta pelos direitos da população negra na capital, e tinha como tema a luta “contra o racismo e pela reparação”. A frase impressa nos adesivos, "Reaja contra o racismo" também dá o tom dos objetivos de tais intervenções. Esse movimento foi pioneiro neste tipo de intervenção, e inspirou ações que se tornaram mais recorrentes nos anos seguintes.



Figura 8: Intervenção em placas públicas

Fonte: Acervo da Frente Quilombola

40

Disponível

em

<<https://g1.globo.com/sp/noticia/2021/07/24/estatua-de-borba-gato-e-incendiada-por-grupo-em-sao-paulo.ghtml>> Acesso em 25/04/2022.

41

Disponível

em

<<https://derivajornalismo.com.br/post/album/1a-marcha-zumbi-dos-palmares-independente-classista-e-de-luta-20-11-2014/>> Acesso em 24/04/2022.

Quando se trata das estátuas, muitas são as formas de intervenção. De hermas e bustos sendo cobertos para esconder a figura de generais, até a pintura das mãos e das vestes com tinta vermelha para lembrar que essas figuras simbolizam também o genocídio. Outra intervenção direcionada à figura de Bento Gonçalves foi recentemente registrada, promovida no dia 20 de setembro de 2021, por militantes dos coletivos Afronte! e Time RB Rap.



Figura 9: Intervenção no monumento a Bento Gonçalves
Fonte: Elaborada por Lucas Fagundes, 2021.

A faixa posicionada em frente ao monumento de Bento Gonçalves traz os dizeres “o racismo não pode mais ser tradição”. A manifestação evidencia o racismo na construção da tradição gaúcha, e questiona a manutenção do monumento aos escravocratas. Sem sombra de dúvidas há um debate em curso, que apesar de ser extremamente complexo, se torna cada dia mais necessário.

Para além das ações de intervenção efetiva nesses monumentos, a mídia, principalmente a televisionada e a digital, têm sido a arena onde esses debates vêm acontecendo. Sejam reportagens em vídeo, escritas, editoriais ou colunas de opinião, a mídia se evidencia nesse debate exercendo o papel de trazer o tema a público, e confrontar opiniões. Traremos, a seguir, alguns exemplos dos debates e opiniões que têm sido veiculadas nos meios digitais. Escolhemos essa via por a considerarmos mais democrática, de fácil acesso e leitura por grande parte da população. Nesse sentido, conforme aponta Belizário (2018, p. 57) a internet é apenas uma das muitas áreas da disputa pelo poder, e a rede mundial de comunicação é “um espaço de disputa simbólica” onde grupos, ou classes, se enfrentam e a busca pelo controle, pela versão, é estabelecida por meio do discurso. Além disso, vale ressaltar que não traremos somente reportagens que tratam dos monumentos de Porto Alegre, ampliando o debate para o espectro nacional, e trazendo opiniões formuladas a partir de intervenções realizadas em outros municípios.

Começamos, então, pela motivação das intervenções, ou seja, pelo que dizem os grupos que protagonizaram ações políticas direcionadas a esses monumentos. A matéria “Intervenções antirracistas marcam o 20 de setembro na capital gaúcha”, publicada pelo Brasil de Fato⁴², anuncia que “com o objetivo de promover debate sobre o racismo na cultura gaúcha”, foram realizadas “intervenções simbólicas” em monumentos históricos localizados em Porto Alegre. A matéria também reproduz a manifestação do coletivo Afronte! em relação a ação realizada: “enquanto o racismo for parte central na tradição gaúcha e os escravagistas receberem homenagens, estaremos em luta para mudar essa realidade”. O veículo noticia a ação de maneira sucinta, mas por meio do título e da escolha das declarações, esta aparece como uma manifestação legítima, sem necessariamente sair em sua defesa, e tampouco a colocando como ato de vandalismo. Tom similar tem a matéria veiculada pelo El País, que aborda a prisão do ativista Galo, após se nomear responsável pela queima do monumento a Borba Gato. Sobre a ação que articulou junto com outros ativistas, Galo declarou, antes de entrar na delegacia: “O ato no Borba Gato foi para abrir um debate, não para machucar alguém ou causar pânico na sociedade. E o debate foi aberto. As pessoas agora podem decidir

⁴²

Disponível

em

<<https://www.brasildefatores.com.br/2021/09/21/intervencoes-antirracistas-marcam-o-20-de-setembro-na-capital-gaucha>> Acesso em 24/04/2022.

se querem uma estátua de treze metros de altura que homenageia um genocida estuprador de mulheres”⁴³.

A matéria também ressalta que, apesar de o incêndio ter provocado grande impacto visual, e gerado comoção nas redes, abrindo debates, nenhuma pessoa foi ferida ou afetada pela intervenção, e o monumento em si não sofreu grandes prejuízos. Segundo a mesma reportagem, no dia seguinte, um empresário já havia se manifestado para patrocinar a restauração do monumento, a polícia protegia o entorno da estátua, e havia um buquê de flores deixado aos pés da estátua em solidariedade ao “ataque” que havia sofrido.

Em contrapartida há também quem defenda a permanência e preservação dessas estátuas, entendendo os argumentos que sustentam a intervenção nos monumentos como infundados. Um exemplo foi a reportagem, veiculada em 2021, produzida pelo programa Fantástico, e televisionada em um dos horários de maior audiência da emissora Globo. O vídeo contendo a reportagem também foi veiculado na internet, e pode ser acessado via computadores e aplicativos. Nele, os repórteres fazem a cobertura sobre os acontecimentos recentes relacionados à derrubada e queima das estátuas, apresentando o debate que vem acontecendo no Brasil. Entre os especialistas entrevistados está a historiadora Mary Del Priore, que deu a seguinte declaração:

Essa história binária de bandeirantes maus, brancos maus, e índios bons não vale para a história. É completamente anacrônico falar em violação dos direitos humanos, genocídio, pro período colonial. Era uma sociedade movida a violência, a carnificina, a batalhas, e é nesse contexto que nós temos que entender o bandeirantismo.⁴⁴

Aqui a historiadora defende que a derrubada, intervenção, ou queima desses monumentos não seria coerente, justamente por partir de uma perspectiva anacrônica que, segundo sua opinião, questiona desde o presente ações de uma sociedade colonial que era regida por outros valores. De fato, o anacronismo pode ser configurado como um erro de análise que se dá pela atribuição de noções do presente ao passado. No entanto, alargar esse conceito para justificar as ações de colonizadores é minimizar toda a estrutura sistemática de poder e opressão que se estruturou a partir da intervenção do homem branco europeu no território brasileiro. Em contraponto a essa visão, trazemos a declaração de Maria Helena

⁴³

Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-29/prisao-de-ativista-que-queimou-borba-gato-provoca-debate-sobre-a-memoria-de-sao-paulo.html>> Acesso em: 24/04/2022.

⁴⁴ Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/9733621/>>; 01:40 - 02:10. Acesso em 24/04/2022.

Machado, historiadora da USP, que foi entrevistada em matéria para a Revista Veja, intitulada “Derrubada de Estátuas, vandalismo ou reparação histórica?”

A história é dinâmica, nesse sentido sua narrativa é mutável, embora os dados que a compõem não possam ser mudados ao bel prazer daquele que a estuda [...]. Derrubar qualquer símbolo da escravidão de africanos, indígenas ou de qualquer outro grupo, não é, de forma alguma, destruir a história. Esta continuará a ser narrada a partir das pesquisas sérias que centenas de estudiosos especializados realizam dia após dia. Derrubar coletivamente a estátua é também um ato que se inscreve na história, sobretudo pelo seu caráter público e televisionado.⁴⁵

Maria Helena Machado apresenta uma perspectiva que legitima as ações que têm se desenvolvido no presente, e que vai ao encontro com as reivindicações da Primeira Marcha Zumbi dos Palmares, do coletivo Afronte!, Time RB Rap e de Galo Lima. O que une as ações desses grupos, bem como tantas outras intervenções que já ocorreram, e que muito provavelmente ainda acontecerão, é justamente o sentimento de injustiça, que fica presente nas falas dos ativistas anteriormente reproduzidas, às quais vem junto com a vontade de reparação. Nesse sentido, Pollak (1989) relembra que a experiência de ser o “outro” nessa relação de poder, é transmitida ao longo dos séculos e preservada também como memória, principalmente pela tradição oral. Essas chagas não cicatrizaram, principalmente diante da rememoração constante provocadas por esses monumentos e outros lugares de memória, e se transforma em motor para que grupos, principalmente de organização negra, busquem no presente meios de acertar as contas com esse passado.

Ressaltamos que as opiniões em defesa das ações daqueles que executaram as intervenções, justamente por terem tal potencial de suscitar o debate público, não supervalorizam os meios utilizados para forçar esse debate, mas o legitimam para além dos meios, mesmo que estes sejam considerado por muitos como “vandalismo”. O próprio conceito de vandalismo, ainda mais quando relacionado ao patrimônio e aos monumentos, é fruto de um debate profundo e complexo, e vem promovendo discordâncias desde o Estado Revolucionário Francês⁴⁶. Não é nosso objetivo produzir juízos acerca dos métodos que suscitam esse diálogo, ou definir se tais meios justificam os fins. Apenas ressaltamos que o

⁴⁵ Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/derrubada-de-estatuas-vandalismo-ou-reparacao-historica/>>. Acesso em: 24/04/2022.

⁴⁶ O Estado Revolucionário Francês ordenou por decreto a destruição do patrimônio que se referisse ao antigo regime. Esse debate se prolongou e teve muitas reviravoltas, em especial com as Instruções Complementares de 1791, que o atenua à ordenação de destruição, estabelecendo exceções, como a conservação de bens com interesse histórico, beleza do trabalho, valor pedagógico para a arte, etc. Já em agosto de 1792, se reforça a eliminação dos monumentos resíduos do feudalismo, estabelecendo que “todos os sinais da monarquia e do feudalismo serão destruídos. Novos debates na Assembléia vão dar origem a uma vasta especificação acerca da preservação patrimonial (CHOAY, 2017, p.107-108).

foco que se dá para essas ações, seja no debate que elas propiciam ou na estrita reprovação da violência, definem também quais valores são mais importantes para as pessoas que o enunciam, e o que se escolhe defender na sociedade atual.

Outra opinião acerca da intervenção nas estátuas foi a veiculada em 2021, pelo portal de notícias da Record, o R7, pela jornalista Ana Carolina Cury:

De qualquer forma, a conduta de depredar bens públicos ou privados é extremamente problemática. Primeiro porque é vandalismo, uma vez que o ato configura crime contra o patrimônio público. Um suspeito, inclusive, foi preso no domingo. As investigações estão buscando os demais autores. É preciso que haja punição para que crimes como esse não se repitam.⁴⁷

Argumentar em favor da preservação dessas estátuas, por fazer parte da nossa história coletiva, enquanto sociedade, ou pelo “vandalismo” ser mais grave que o discurso representado pelo símbolo, é também ignorar, ou no mínimo minimizar, que a unidade nacional, as identidades regionais e as memórias coletivas ali representadas são fruto da construção e da invenção de grupos, majoritariamente brancos, que tiveram acesso e trabalharam pela manutenção em lugares de poder. Nesse sentido, Pollak (1989) nos alerta

Ainda que quase sempre acreditem que "o tempo trabalha a seu favor" e que "o esquecimento e o perdão se instalam com o tempo", os dominantes freqüentemente são levados a reconhecer, demasiado tarde e com pesar, que o intervalo pode contribuir para reforçar a amargura, o ressentimento e o ódio dos dominados, que se exprimem então com os gritos da contra violência. (POLLAK, 1989, p.9)

No cenário brasileiro, nem todos atingiram a etapa de reconhecimento a qual Pollak (1989) se refere. Isso nos leva a pensar, qual o papel da branquitude nesse processo? Indo ao encontro desse questionamento, temos uma hipótese sobre a dificuldade em questionar a legitimidade da permanência desses monumentos racistas, ou monumentos escravocratas, e que se relaciona diretamente com a manutenção dos privilégios da branquitude, a ideia de Medo Branco. Luis Vinicius Belizário (2018, p.116) é um dos teóricos que vai trabalhar com esse conceito, e ao introduzir o tema, afirma que "se pudéssemos escolher apenas uma categoria para resumir a branquitude, essa seria a escolhida". Mas, o que pode ser entendido como Medo Branco? Inicialmente pode ser caracterizado como o estranhamento do branco em ver pessoas negras ocupando, ou sendo representadas, em espaços que são tradicionalmente entendidos como “obrigatória e exclusivamente” pertencentes a branquitude,

47

o que aciona esses sujeitos a entrar em defesa dos seus privilégios (BELIZÁRIO, 2018, p. 116).

Podemos inserir as repreensões às intervenções nos monumentos, ou aos argumentos que simplesmente alertam para necessidade de repensar sua presença no espaço público, dentro dessa perspectiva. Principalmente quando a gravidade dos “vandalismos” cometidos, ou qualquer outra justificativa que defenda a preservação incondicional desse passado por seu valor histórico, se sobrepõem a violência simbólica que essa memória exerce sobre os não-brancos.

Não estamos ignorando que os argumentos pela preservação desses monumentos podem ser traduzidos em opiniões diversas, e que também podem encaminhar para soluções, mas isso não exige a branquitude de uma nítida articulação em sua própria defesa. Conforme Schucman (2020, p. 144) “esse medo ainda não foi elaborado pela população brasileira branca”, e que “quando aparecem ações concretas para valorizar as culturas e as populações negras aqui presentes, as reações dos brancos são formuladas de diversas formas”.

Independente do conteúdo que essas opiniões expressem, sendo com argumentos sutis, que resvalem para outras categorias como a nacionalidade e defesa de um patrimônio “comum”, ou por meio de falas conscientemente preconceituosas, o que parece alicerçar a manutenção desses monumentos e atrasar os debates que encaminhem para uma solução que busque diminuir as desigualdades, é o medo branco de perder os privilégios construídos pela estrutura racista.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho foi iniciado com o intuito de questionar o grande volume de representações e homenagens a homens brancos erigidas como monumentos no espaço público de Porto Alegre. O plano de fundo desses questionamentos foram as insatisfações com a manutenção de discursos, no senso comum, que colocam o estado do Rio Grande do Sul como uma região de identidade quase que exclusivamente branca. Essas falas que vemos serem sustentadas dentro e fora do estado, imaginam uma população praticamente sem a presença de pessoas negras, e valorizam outros elementos pelas possíveis conexões com a Europa, como é o caso do clima frio e da valorização dos imigrantes de origem alemã e italiana. Conforme se deu a aproximação com as leituras, o tema, que emergiu mais concretamente das inquietações causadas a partir da observação da cidade, evidenciou um grande potencial de compreender uma das dimensões dos privilégios da branquitude: as condições de marcar e perenizar sua memória na cidade.

Diante disso, a pesquisa teve como objetivo geral compreender como se deu o processo de monumentalização da branquitude na cidade de Porto Alegre. Para atingir tal objetivo, foi preciso, antes de mais nada, conhecer melhor os monumentos da cidade, buscando verificar se a hipótese inicial, de que a grande maioria das estátuas e monumentos faziam alusão a pessoas

brancas se confirmaria. Isso foi verificado com a obtenção da relação de monumentos públicos, documento público, e que foi fornecida mediante solicitação à Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre.

O nosso primeiro objetivo específico foi compreender como se deu a formação dessa identidade regional que celebra a branquitude. Nesse sentido, nos voltamos à produção historiográfica que se inicia na virada do século XIX para o século XX, a qual edificou os mitos fundadores da sociedade gaúcha e elegeu heróis regionais, que serviram às demandas do efervescente nacionalismo. Verificamos que tal processo se constituiu como uma das ferramentas essenciais para a afirmação dos republicanos positivistas em seu lugar de poder hegemônico no estado, e resultou no embranquecimento da história e da memória da população gaúcha ao esconder os desvios escravocratas dos caudilhos farroupilhas, e “higienizar” a imagem do gaúcho. Este último personagem tornou-se o representante da população gaúcha como um todo, promovendo o apagamento de identidades não brancas, especialmente a negra e indígena, do povo rio-grandense.

Outro objetivo traçado foi o de evidenciar a capacidade da estatuária em evocar e perpetuar memórias e identidades. Nos dias atuais, é provável que haja muitas pessoas que não percebem, ou sequer se questionem, o impacto que um monumento pode causar. Por isso, consideramos relevante buscar compreender qual o potencial que essas estátuas tem de evocar memórias e exercer um poder simbólico em nossa sociedade. Diante da pesquisa bibliográfica acerca dos conceitos de patrimônio, monumento, memória e branquitude, foi possível concluir que, de fato, essas obras públicas têm a capacidade de perenizar uma memória, fundada em versões históricas que, nesse caso, constituem um patrimônio simbólico da branquitude.

Seguindo esse trilha, outro objetivo fundamental que empreendemos foi a busca por evidenciar a expressão, ou imposição, da identidade racial branca através dos monumentos estatutários de Porto Alegre. Para isso, tomamos como exemplo as estátuas de Júlio de Castilhos, liderança dos republicanos positivistas, e do general Bento Gonçalves, e buscamos compreender a conjuntura mais imediata à instalação dessas estátuas. Ao analisar tal contexto, observamos que a situação econômica e política foi favorável para que os republicanos, naquela época à frente do poder estadual e municipal, patrocinassem a construção de monumentos que comemoram seus heróis e ideologias. Verificamos também que toda a ideia de valorização da branquitude, legitimada pelas produções historiográficas abordadas no primeiro capítulo, se expressam também por meio das simbologias dos monumentos.

Por fim, em função dos debates que se desenrolam no presente, acreditamos que fosse relevante expor a disputa narrativa que envolve a derrubada e intervenções de protesto em

monumentos estatutários. Diante desse objetivo, selecionamos reportagens veiculadas ou acessíveis no meio digital, justamente por entender esse espaço como um local democrático, de fácil acesso para a maioria da população e que nos permite ter o registro dessas opiniões. Além disso, apresentamos também intervenções em monumentos e locais de memória que evocam memórias controversas, homenageando personagens racistas. Verificamos que existe um debate em curso acerca da manutenção ou da remoção, ou destruição, desses monumentos, e que esse questionamento emana principalmente de organizações negras, que defendem pautas antirracistas. Não tivemos a intenção de emitir juízos de valores acerca dos métodos utilizados para suscitar esses debates, compreendido por muitos como ações de vandalismo. No entanto, lançamos a hipótese de que, a dificuldade de avançar nessas discussões se dá, justamente, pelo medo branco de perder seus locais de privilégio, sendo a representação simbólica, por meio de monumentos, um deles.

Apesar de ser um desafio marcar a branquitude enquanto grupo e desvelar seus privilégios, acreditamos ter confirmado nossas hipóteses acerca da monumentalização da identidade branca, no seu sentido material e também de presentificação da memória. Por certo encontramos dificuldades nesse percurso, uma vez que essa pesquisa foi realizada em tempos pandêmicos, onde o acesso às fontes se torna mais escasso, e pelo tema estar inserido em debates que ainda estão em curso no presente. Mas, por meio da pesquisa bibliográfica, da utilização de periódicos do século XIX e XX, e da análise dos monumentos, podemos atingir nossos objetivos. Trazer à tona elementos dos debates contemporâneos acerca destes monumentos controversos também foi de extrema importância para confirmar que essa estatuária se materializa como patrimônio simbólico da branquitude, principalmente pela resistência que esse grupo apresenta em abrir mão dos privilégios que adquiriu por meio de uma estrutura racista. Esperamos que esse estudo contribua para a evolução das discussões sobre os locais de poder que as pessoas brancas exercem historicamente em nossa sociedade, acelerando os passos no longo caminho para alcançar uma sociedade mais igualitária.

REFERÊNCIAS:

BAKOS, Margaret. Positivismo, abolição e república. In: **Júlio de Castilhos: positivismo, abolição e república**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2006, 234 p.

BELIZÁRIO, Luis Vinicius. **Categorias da Branquitude: uma análise das publicações do blog do jornalista Reinaldo Azevedo, de 2006 a 2016 sobre as cotas raciais**. Dissertação para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2018, 173 p.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **O pacto da Branquitude**. São Paulo, Companhia das Letras, 2022, 148 p.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. (Org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6ª ed, Petrópolis, Vozes, 2014, p. 25-59.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: **O Poder Simbólico**; tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil S.A., 1989, 313 p.

CARDOSO, Lourenço; MÜLLER, Tânia (Org.). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba, Apris, 2017, 335 p.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6ª ed. Petrópolis, Vozes, 2014, 189 p.

CORTÉS, Carlos E. A República Velha. In: **Política Gaúcha 1930-1964**; tradução Amy Caldwell de Farias. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2007, 323 p.

COELHO, Alexandra Helena Tobias. **Bento Gonçalves da Silva, o homem e o mito na literatura**. Tese de Mestrado em Estudos Lusófonos pela Universidade de Évora. Évora, 2009, 140 p.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**; tradução Luciano Vieira Machado. 6ª Ed. São Paulo, Estação Liberdade, 2017, 288 p.

CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah; KÜHL, Beatriz. **Patrimônio Cultural: Memórias e Intervenções Urbanas**. São Paulo, Annablume, 2017, p.133-155

DOBERSTEIN, Arnaldo. **Porto Alegre, 1900-1920: estatuária e ideologia**. Porto Alegre, Secretaria Municipal de Cultura, 1992. 105 p.

DOBERSTEIN, Arnaldo. **Estatuários, catolicismo e gauchismo**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002, 372 p.

DIHL, Tuane Ludwig. A “história de liberdade” do Rio Grande do Sul nas páginas do jornal A Federação: construção da invisibilidade negra. **Revista Convergência Crítica**. Rio de Janeiro, n. 8, 2016. p.79-88.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia. **Patrimônio Histórico Cultural**. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2009, 71 p.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquitude não marcada. In: WARE, Von. **Branquitude: identidade branca e multiculturalismo**. tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Garamond, 2004, 392 p.

GUTFREIND, Ieda. **A Historiografia Rio-grandense**. Porto Alegre, Editora UFRGS, 1992. 217 p.

GUTFREIND, Ieda. Revisões historiográficas na temática da fronteira sul-riograndense: historiadores municipalistas na prática da oralidade. **Anais Eletrônicos do IV Encontro da ANPHLAC**, Salvador, 2000, 9p.

HALBWACHS, Maurice. Memória individual e coletiva; Memória coletiva e memória histórica. In: **A memória coletiva**; tradução Beatriz Sidou. São Paulo, Centauro, 2003, 224 p.

KÜHN, Fábio; COMISSOLI, Adriano. Administração na América Portuguesa: A expansão das fronteiras meridionais do Império (1680-1808). **Revista de História**, São Paulo, n. 169, jul./dez. 2013, p. 53-81.

LEITMAN, Spencer L. A Guerra dos Farrapos. In: **Raízes Socioeconômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX**; tradução Sarita Linhares Barsted. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1979, p. 25-167.

MARTINS, Jefferson Teles. A questão da Identidade Regional: historiografia e a definição do “campo” historiográfico rio-grandense. In: **X Encontro Estadual de História**, Santa Maria - RS, 2010, 12p.

MCINTOSH, Peggy. White Privilege: Unpacking the Invisible Knapsack. **Peace and Freedom**, July/August 1989, 3 p. Disponível em: <https://psychology.umbc.edu/files/2016/10/White-Privilege_McIntosh-1989.pdf>. Acesso em: 10 de abr. de 2022.

MENEGAT, Carla; ZALLA, Jocelito. História e memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, 2011, v. 31, n. 62, p. 49-70

OLIVEN, George Ruben. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996. p.20-21.

ONDINA, Fachel Leal. **Os Gaúchos: cultura e identidade masculinas no pampa**. 2021, Tomo Editorial, 868 p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Farroupilha**. - 4ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2014, 68 p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. - 8ª ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1997, 141 p.

PRATS, Llorenç. El patrimonio como construcción social. In: **Antropología y Patrimonio**. Barcelona, Editora Ariel S.A., 1997, 167 p.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e sua origem**. São Paulo, Perspectiva, 2014, 88 p.

ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. Um mundo à parte: origens da invisibilidade negra no sul escravista. **VII Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Curitiba, 2015, 15 p.

ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. Um mundo a parte: a construção da invisibilidade. In: **Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre (1184 - 1918)**. Tese para obtenção do título de Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014, p. 29-64

SALINI, Cristian Jobi. **“Nossos Heróis Não Morreram”**: um estudo antropológico sobre formas de ser negro e ser gaúcho no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em

Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006, 138 p.

SCHUCMAN, Lia. **Entre o Encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. São Paulo, Veneta, 2020, 216 p.

ZALLA, Jocelito. A política do mito: debate e apropriação na elaboração do projeto tradicionalista gaúcho de Luiz Carlos Barbosa Lessa. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 17, n. 24, 2010, p. 176-202.

ZALLA, Jocelito; MENEGAT Carla. História e memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito. **Revista Brasileira de História**. 31(62):49-70, 2011.

ZUBARAN, Maria Angélica. A invenção branca da abolição negra. **Revista de História e Estudos Culturais**. Uberlândia, v. 6, Ano VI, n. 3 Julho/ Agosto/ Setembro de 2009.

WEINSTEIN, Bárbara. Racializando Identidades Regionais: São Paulo x Brasil, 1932. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 13, n. 16, 2006, p. 281-302.